



2013

RELATÓRIO DE GESTÃO SEMESTRAL

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL



## CÂMARA MUNICIPAL

**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA**  
António Gonçalves Bragança Fernandes

**VICE - PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA**  
António Domingos Silva Tiago

**VEREADORA**  
Ana Miguel Ferreira da Silva Vieira de Carvalho

**VEREADOR**  
Mário Nuno Alves de Sousa Neves

**VEREADOR**  
Paulo Fernando de Sousa Ramalho

**VEREADORA**  
Marta Moreira de Sá Peneda

**VEREADOR**  
Manuel Marques Nogueira dos Santos

**VEREADOR**  
Hernâni Avelino da Costa Ribeiro

**VEREADOR**  
Mário José Gomes Gouveia

**VEREADOR**  
José Manuel Santos Correia

**VEREADORA**  
Maria Inês Loureiro Rodrigues

2  
0  
1  
3

**RELAÇÃO NOMINAL DOS RESPONSÁVEIS**

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL





2013

ÍNDICE

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL



## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>ANÁLISE ORÇAMENTAL .....</b>	<b>11</b>
ANÁLISE ORÇAMENTAL.....	13
ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL .....	13
MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS.....	14
ALTERAÇÕES E REVISÕES .....	14
EXECUÇÃO ORÇAMENTAL.....	17
EXECUÇÃO DA RECEITA .....	18
EXECUÇÃO DA DESPESA.....	20
FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM .....	27
<i>Fluxos de Caixa .....</i>	<i>27</i>
<i>Contas de ordem .....</i>	<i>28</i>
<b>ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO.....</b>	<b>31</b>
ENQUADRAMENTO .....	33
ENDIVIDAMENTO STRICTO SENSU .....	33
<i>DÍVIDA TOTAL .....</i>	<i>34</i>
<i>DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO.....</i>	<i>35</i>
<i>DÍVIDA DE CURTO PRAZO.....</i>	<i>41</i>
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO .....	45
ENDIVIDAMENTO – LATO SENSU .....	45
<i>LIMITES LEGAIS DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL.....</i>	<i>46</i>
<i>ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS.....</i>	<i>48</i>
<i>LIMITE À CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS .....</i>	<i>52</i>
<i>LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL .....</i>	<i>56</i>
<b>ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA .....</b>	<b>61</b>
<b>BALANÇO.....</b>	<b>65</b>
<i>ATIVO.....</i>	<i>67</i>
<i>PASSIVO.....</i>	<i>71</i>
<i>FUNDOS PRÓPRIOS.....</i>	<i>74</i>
<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS .....</b>	<b>75</b>
<b>ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....</b>	<b>81</b>
<b>RELATÓRIO SÍNTESE DA SROC .....</b>	<b>87</b>





2  
0  
1  
3

**INTRODUÇÃO**

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL



## **INTRODUÇÃO**

Nos termos do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 48.º da Lei das Finanças Locais, compete ao auditor externo que procede à revisão legal das contas remeter semestralmente ao Órgão Deliberativo do Município informação sobre a respetiva situação económico-financeira.

O presente relatório de gestão semestral encerra, no essencial, e sem que contenha a profundidade e extensão da informação financeira prestada no final de cada exercício económico, uma apreciação síntese da execução orçamental e da situação económica e financeira do Município à data de 30 de junho de 2013.

Considerando a necessidade de sistematizar os diferentes dados inerentes ao universo financeiro e contabilístico, encontra-se assim estruturado:

- No primeiro capítulo, desenvolve-se uma avaliação de natureza orçamental, centrada na execução global do orçamento, suas alterações e revisões, assim como nos fluxos de caixa e contas de ordem, seguida de uma breve abordagem à Receita e à Despesa Municipal.
- No segundo capítulo, inclui-se uma apreciação detalhada ao endividamento autárquico, questão de fundamental importância no contexto global da administração pública e da organização.
- Por último, insere-se uma análise económico-financeira, traduzida pelas considerações de cariz patrimonial ao Balanço e à Demonstração dos Resultados





2013

**ANÁLISE ORÇAMENTAL**

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL



## ANÁLISE ORÇAMENTAL

Com a intenção de avaliar a capacidade financeira do município em executar o orçamento proposto, desenvolve-se de seguida uma breve comparação entre orçamento inicial, final e o executado, registando-se que a análise comparativa dos níveis de execução durante este primeiro semestre de 2013 é realizada com base nos dados produzidos em período análogo do ano anterior, reportando-se a taxa de execução da receita à cobrança efetiva e a taxa de execução da despesa às obrigações efetivamente pagas bem como à despesa realizada.

Considerando a inexistência de um orçamento semestral durante o período em análise não é possível alcançar, na quase totalidade das rubricas, taxas de execução de 100%, podendo no limite ser desejável atingir índices de 50%, como é o caso das rubricas que estão associadas a atividades municipais que apresentam um comportamento regular e sistemático ao longo do exercício económico, sendo disso exemplo a maior parte da atividade operacional do município que apresenta grande periodicidade.

## ORÇAMENTO INICIAL VERSUS FINAL

Quadro 1

ORÇAMENTO DO ANO DE 2013						
1º. SEMESTRE DE 2013						
	Previsão			Execução		Taxa de Execução %
	Inicial	Final	Desvio	Valor	Desvio	
Receitas Correntes	57.211.027	57.211.027	0	24.915.713	-32.295.314	43,55%
Receitas de Capital	16.355.273	9.566.501	-6.788.773	1.057.865	-8.508.636	11,06%
Outras Receitas	100	100	0	5.752	5.652	5751,67%
Saldo da gerência anterior	0	6.788.773	6.788.773	6.788.773	0	100,00%
<b>Total</b>	<b>73.566.400</b>	<b>73.566.400</b>	<b>0</b>	<b>32.768.102</b>	<b>-40.798.298</b>	<b>44,54%</b>
Despesas Correntes	45.119.190	45.119.190	0	19.647.830	-25.471.360	43,55%
Despesas de Capital	28.447.210	28.447.210	0	6.521.517	-21.925.693	22,92%
<b>Total</b>	<b>73.566.400</b>	<b>73.566.400</b>	<b>0</b>	<b>26.169.348</b>	<b>-47.397.052</b>	<b>35,57%</b>

Un: Euros

O orçamento municipal inicial para o exercício de 2013 foi aprovado pelo valor de 73.566.400 €, tendo-se estimado para as receitas correntes 57.211.027 € e para as despesas correntes a dotação inicial de 45.119.190 €, assegurando assim o respeito pelo princípio do equilíbrio orçamental.

Quanto às rubricas de capital, o orçamento inicial das despesas foi fixado em 28.447.210 € e o da receita em 16.355.273 €, o que de igual modo evidencia que se estimou que parte das despesas de investimento fosse financiada por receitas de carácter corrente, previsão de financiamento que se tem executado, como atestam os documentos de prestações de contas das anteriores gerências.

O orçamento inicial aprovado nestes termos, contemplava 15 unidades orgânicas em conformidade com a macroestrutura organizacional existente à data da sua elaboração e apreciação. Entretanto, por força de um imperativo legal, procedeu-se a uma reformulação desta macroestrutura cuja nova versão contemplou

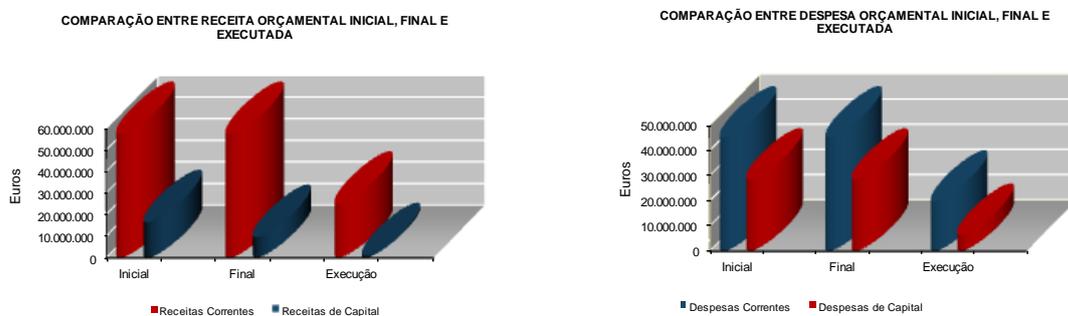
apenas 5 unidades orgânicas, e foi aprovada pelos Órgãos Executivo e Deliberativo, em reunião realizada nos dias 10 e 26 do mês de dezembro de 2012, respetivamente, pelo que, durante este primeiro semestre, foi necessário proceder a uma conformação dos documentos previsionais (Orçamento e Grandes Opções do Plano) a esta nova realidade macroestrutural.

Reporte-se que o processo de ajustamento orçamental efetuado à nova macroestrutura não teve quaisquer implicações ao nível dos valores oportunamente aprovados. A nível global, tudo permaneceu exatamente igual, apenas se deslocalizaram os valores das dotações imputadas às unidades orgânica de origem para as novas, que absorveram as suas competências, em consonância com a nova versão que foi aprovada.

As oito modificações realizadas ao orçamento, sistematizadas no quadro seguinte, consubstanciaram-se em meros reajustamentos entre rubricas de classificação económica e não tiveram qualquer impacto na dotação global do orçamento.

Por conta desta dotação final orçada, o total da despesa executada ascende a 26.169.348 € e o total da receita cobrada a 32.768.102 €, o que reflete taxas de execução na ordem dos 35,5% e 44,5%, respetivamente.

**Gráfico 1**



## **MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS**

### **ALTERAÇÕES E REVISÕES**

Em matéria de gestão orçamental muitas das vezes é necessário reforçar e ou anular a dotação das rubricas tendo em vista adequar os valores previstos às efetivas realidades do período de gestão, pelo que durante o ciclo em apreço, foi necessário proceder a oito modificações orçamentais, todas elas traduzidas em alterações, uma vez que não houve necessidade de concretizar qualquer revisão, nos termos a seguir identificados.

## Quadro 2

NATUREZA DAS MODIFICAÇÕES		
1.º SEMESTRE DO ANO 2013		
	Alterações	Revisões
Orçamento da Despesa	8	0
Plano Plurianual de Investimentos	7	0
Plano de Atividades Mais Relevantes	8	0
Orçamento da Receita	1	0

Un: Número

Centralizando a nossa análise na forma como evoluíram as dotações orçamentais, face aos consecutivos ajustamentos efetuados nos diferentes capítulos económicos da Despesa e da Receita, que se encontram sistematizados nos quadros seguintes que agregam as inscrições/reforços e as diminuições/anulações efetuadas ao valor inicial do orçamento, é possível retirar as conclusões a seguir enunciadas.

## Quadro 3

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À DESPESA								
1.º SEMESTRE DE 2013								
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
<b>Despesas Correntes</b>	<b>45.119.190</b>	<b>61,33%</b>	<b>1.454.357</b>	<b>1.454.357</b>	<b>45.119.190</b>	<b>61,33%</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
01 Despesas com o pessoal	20.335.960	27,64%	869.000	462.550	20.742.410	28,20%	406.450	2,00%
02 Aquisição de Bens e Serviços	17.933.030	24,38%	435.867	989.927	17.378.970	23,62%	-554.060	-3,09%
03 Juros e Outros Encargos	124.1400	169%	0	0	124.1400	169%	0	0,00%
04 Transferências Correntes	2.736.950	3,72%	2.390	1.780	2.737.560	3,72%	610	0,02%
05 Subsídios	2.190.100	2,98%	0	0	2.190.100	2,98%	0	0,00%
06 Outras Despesas Correntes	681.750	0,93%	147.100	100	828.750	1,13%	147.000	2156%
<b>Despesas Capital</b>	<b>28.447.210</b>	<b>38,67%</b>	<b>805.450</b>	<b>805.450</b>	<b>28.447.210</b>	<b>38,67%</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
07 Aquisição de Bens de Investimento	16.860.800	22,92%	726.950	726.950	16.860.800	22,92%	0	0,00%
08 Transferências de capital	4.041.960	5,49%	75.200	78.500	4.038.660	5,49%	-3.300	-0,08%
09 Ativos Financeiros	50.300	0,07%	2.000	0	52.300	0,07%	2.000	3,98%
10 Passivos Financeiros	7.494.050	10,19%	1.300	0	7.495.350	10,19%	1.300	0,02%
11 Outras Despesas de Capital	100	0,00%	0	0	100	0,00%	0	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>73.566.400</b>	<b>100,00%</b>	<b>2.259.807</b>	<b>2.259.807</b>	<b>73.566.400</b>	<b>100,00%</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>

Un: Euros

Em consequência das oito alterações realizadas ao orçamento da despesa registaram-se reforços no valor global de 2.259.807 € que tiveram como única contrapartida a redução de dotações em diversas rubricas que se encontravam excessivamente dotadas.

Balanceando os reforços e anulações nas diferentes rubricas, é possível concluir que as grandes variações ocorreram no capítulo da despesa corrente, uma vez que em matéria de despesas de capital as variações finais são meramente residuais.

Neste balanceamento, a modificação positiva de maior significado ocorreu nas “Despesas com Pessoa”, (+) 406.450 €, e foi determinada pela necessidade de acomodar o processamento integral do subsídio de férias a todos os trabalhadores no mês de junho, atendendo que o Tribunal Constitucional, pelo Acórdão n.º 187/2013, considerou inconstitucional a norma da Lei do Orçamento de Estado para 2013, que

suspensão o pagamento integral do subsídio de férias a todos os trabalhadores, acrescendo o facto de até à data do seu processamento não ter sido promulgado o Orçamento de Estado retificativo.

Logo a seguir, aparece a variação na componente das “*Outras Despesas Correntes*”, no valor de (+) 147.100 €, para suprir as despesas inerentes à rubrica de “*Outras*”, determinadas na sua maioria por imposições legais levadas ao nosso conhecimento no decurso deste ano, impossíveis de prever aquando da elaboração do orçamento inicial.

Apreciação similar em matéria de modificação negativa remete-nos para a anulação de (-) 554.060 € na rubrica de “*Aquisição de Bens e Serviços*”, sobretudo devido à redução das necessidades de dotação global da rubrica, o que é salutar e comprova o esforço de contenção que tem sido realizado neste âmbito.

Na alçada do Plano Plurianual de Investimentos nenhuma das sete alterações formalizadas implicou qualquer aumento da dotação global do orçamento, tendo como único objetivo reajustamentos de natureza diversa na despesa associada a vários projetos, tendo o mesmo se verificado nas oito alterações efetuadas ao Plano das Atividades Mais Relevantes.

No âmbito destas despesas, registaram-se modificações em quase todas as rubricas de capital, com pouca expressividade no seu cômputo geral, com já foi referido, onde se destaca a variação positiva de (+) 2.200 € na dotação da rubrica dos “*Ativos Financeiros*”, e a redução de (-) 3.300 € na de transferências de capital.

#### Quadro 4

MODIFICAÇÕES ORÇAMENTAIS À RECEITA								
1º. SEMESTRE DE 2013								
Capítulos	Dotação Inicial		Alterações e Revisões		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Inscrições/ Reforços	Diminuições/ Anulações	Valor	%	Valor	%
<b>Receitas Correntes</b>	<b>57.211.027</b>	<b>77,77%</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>57.211.027</b>	<b>77,77%</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>
01 Impostos Diretos	32.227.300	43,81%	0	0	32.227.300	43,81%	0	0,00%
02 Impostos Indiretos	3.688.200	5,01%	0	0	3.688.200	5,01%	0	0,00%
04 Taxas, Multas e outras Penalidades	987.400	1,34%	0	0	987.400	1,34%	0	0,00%
05 Rendimentos de Propriedade	2.629.600	3,57%	0	0	2.629.600	3,57%	0	0,00%
06 Transferências Correntes	14.066.927	19,12%	0	0	14.066.927	19,12%	0	0,00%
07 Venda de Bens e Prestações de Serviços	3.436.900	4,67%	0	0	3.436.900	4,67%	0	0,00%
08 Outras Receitas Correntes	174.700	0,24%	0	0	174.700	0,24%	0	0,00%
<b>Receitas Capital</b>	<b>16.355.273</b>	<b>22,23%</b>	<b>0</b>	<b>6.788.773</b>	<b>9.566.501</b>	<b>13,00%</b>	<b>-6.788.773</b>	<b>-41,51%</b>
09 Venda de Bens de Investimento	13.656.083	18,56%	0	6.788.773	6.867.311	9,33%	-6.788.773	-49,71%
10 Transferência de Capital	2.632.990	3,58%	0	0	2.632.990	3,58%	0	0,00%
11 Ativos Financeiros	16.700	0,02%	0	0	16.700	0,02%	0	0,00%
12 Passivos Financeiros	0	0,00%	0	0	0	0,00%	0	-
13 Outras Receitas de Capital	49.500	0,07%	0	0	49.500	0,07%	0	0,00%
<b>Outras Receitas</b>	<b>100</b>	<b>0,00%</b>	<b>6.788.773</b>	<b>0</b>	<b>6.788.873</b>	<b>9,23%</b>	<b>6.788.773</b>	<b>6788772,50%</b>
15 Reposições não abatidas nos Pagamentos	100	0,00%	0	0	100	0,00%	0	0,00%
16 Saldo da Gerência Anterior	0	0,00%	6.788.773	0	6.788.773	9,23%	6.788.773	-
<b>TOTAL</b>	<b>73.566.400</b>	<b>100,00%</b>	<b>6.788.773</b>	<b>6.788.773</b>	<b>73.566.400</b>	<b>100,00%</b>	<b>0</b>	<b>0,00%</b>

Un: Euros

A única alteração formalizada ao Orçamento da Receita teve como finalidade a integração do “Saldo Transitado da Gerência Anterior” no montante de 6.788.773 €, sem ter qualquer impacto na dotação global do orçamento ao proceder-se ao respetivo ajustamento por via da diminuição do saldo da rubrica “*Venda de Bens de Investimento*”, com dotação excedentária, perante a repetida impossibilidade de

concretizar um conjunto de expectativas de arrecadação de receita por circunstâncias associadas à conjuntura económica desfavorável e alheias à vontade do executivo municipal.

## EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Quadro 5

RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL								
1.º SEM ESTRE 2012					1.º SEM ESTRE 2013			
	Previsão Final	Execução	Desvio	Taxa Execução %	Previsão Final	Execução	Desvio	Taxa Execução %
Receitas Correntes	58.136.185	26.853.575	-31.282.610	46,19%	57.211.027	24.915.713	-32.295.314	43,55%
Receitas de Capital	13.925.511	2.015.317	-11.910.193	14,47%	9.566.501	1.057.865	-8.508.636	11,06%
Outras Receitas	10.900	2.930	-7.970	26,88%	100	5.752	5.652	5751,67%
Saldo da gerência anterior	1651219	1651219	0	100,00%	6.788.773	6.788.773	0	100,00%
<b>Total</b>	<b>73.723.815</b>	<b>30.523.042</b>	<b>-43.200.773</b>	<b>41,40%</b>	<b>73.566.400</b>	<b>32.768.102</b>	<b>-40.798.298</b>	<b>44,54%</b>
Despesas Correntes	46.279.099	19.616.310	-26.662.789	42,39%	45.119.190	19.647.830	-25.471.360	43,55%
Despesas de Capital	27.444.716	8.386.762	-19.057.954	30,56%	28.447.210	6.521.517	-21.925.693	22,92%
<b>Total</b>	<b>73.723.815</b>	<b>28.003.072</b>	<b>-45.720.743</b>	<b>37,98%</b>	<b>73.566.400</b>	<b>26.169.348</b>	<b>-47.397.052</b>	<b>35,57%</b>

Un: Euros

Da observação dos dados constantes no Quadro 5, comparativamente com o período homólogo retira-se que, os valores de execução orçamental das diferentes rubricas de classificação económica da receita, reduziram, apresentando no entanto um aumento da taxa de execução em termos de receita total, justificado pela introdução do saldo da gerência anterior.

No que se refere à despesa total, constata-se uma diminuição da sua taxa de execução orçamental, com comportamento diferenciado nas suas duas componentes, no caso das despesas correntes, anota-se um ligeiro aumento da mesma, contrariamente ao verificado com as despesas de capital, onde se constata uma diminuição da taxa de execução orçamental.

## EXECUÇÃO DA RECEITA

### Quadro 6

Estrutura Geral da Receita						
Descrição	1.º Semestre 2012		1.º Semestre 2013		Variação da Cobrança 2012/2013	
	Execução (a)	Dotação Final (b)	Execução (c)	Taxa de Execução (c)/(b)	Valor (c)-(a)	Variação [(c)-(a)]/a
<b>Receitas Correntes:</b>	<b>26.853.575</b>	<b>57.211.027</b>	<b>24.915.713</b>	<b>43,6%</b>	<b>-1.937.862</b>	<b>-7,2%</b>
<b>Impostos Diretos</b>	<b>15.254.673</b>	<b>32.227.300</b>	<b>13.091.106</b>	<b>40,6%</b>	<b>-2.163.567</b>	<b>-14,2%</b>
Imposto Municipal s/ Imóveis	11.240.787	19.745.000	8.472.898	42,9%	-2.767.889	-24,6%
Imposto Único de Circulação	1.373.799	2.474.200	1.533.243	62,0%	159.443	11,6%
Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas de Imóveis	2.313.738	5.443.400	2.103.051	38,6%	-210.687	-9,1%
Derrama	318.519	4.418.300	756.627	17,1%	438.108	137,5%
Impostos Abolidos	7.830	126.700	225.287	177,8%	217.457	2777,1%
Impostos diretos diversos	0	19.600	0	0,0%	0	
<b>Impostos Indirectos, Taxas, Multas e Outras Penalidades</b>	<b>1.816.357</b>	<b>4.675.600</b>	<b>2.005.581</b>	<b>42,9%</b>	<b>189.224</b>	<b>10,4%</b>
Mercados e Feiras	15.148	32.600	13.192	40,5%	-1.956	-12,9%
Loteamentos e Obras	654.102	2.014.100	897.025	44,5%	242.923	37,1%
Ocupação da Via Pública	682.541	1.604.000	690.932	43,1%	8.391	1,2%
Publicidade	242.081	360.300	125.691	34,9%	-116.390	-48,1%
Caça, uso e porte de arma	3	100	0	0,0%	-3	-100,0%
Multas e Outras Penalidades	95.391	390.300	163.246	41,8%	67.855	71,1%
Outros	127.091	274.200	115.495	42,1%	-11.596	-9,1%
<b>Rendimentos de Propriedade</b>	<b>1.227.092</b>	<b>2.629.600</b>	<b>1.387.851</b>	<b>52,8%</b>	<b>160.759</b>	<b>13,1%</b>
<b>Transferências Correntes</b>	<b>6.518.165</b>	<b>14.066.927</b>	<b>6.581.127</b>	<b>46,8%</b>	<b>62.962</b>	<b>1,0%</b>
<b>Venda de Bens e Prestação de Serviços</b>	<b>1.970.603</b>	<b>3.436.900</b>	<b>1.788.175</b>	<b>52,0%</b>	<b>-182.428</b>	<b>-9,3%</b>
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>66.684</b>	<b>174.700</b>	<b>61.872</b>	<b>35,4%</b>	<b>-4.812</b>	<b>-7,2%</b>
<b>Receitas de Capital:</b>	<b>2.015.317</b>	<b>9.566.501</b>	<b>1.057.865</b>	<b>11,1%</b>	<b>-957.453</b>	<b>-47,5%</b>
Venda de Bens de Investimento	0	6.867.311	95.401	1,4%	95.401	
Transferências de Capital	1611645	2.632.990	957.103	36,4%	-654.542	-40,6%
Activos Financeiros	3.672	16.700	5.361	32,1%	1.689	46,0%
Passivos Financeiros	0	0	0		0	
Outras Receitas de Capital	400.000	49.500	0	0,0%	-400.000	-100,0%
<b>Outras Receitas (Rep. não abatidas nos pag.)</b>	<b>2.930</b>	<b>100</b>	<b>5.752</b>	<b>5751,7%</b>	<b>2.821</b>	<b>96,3%</b>
<b>Total das Receitas</b>	<b>28.871.823</b>	<b>66.777.628</b>	<b>25.979.329</b>	<b>38,9%</b>	<b>-2.892.493</b>	<b>-10,0%</b>
<b>Saldo da Gerência Anterior</b>	<b>1651219</b>	<b>6.788.773</b>	<b>6.788.773</b>			
<b>Total da Receita com saldo da Gerência Anterior</b>	<b>30.523.042</b>	<b>73.566.400</b>	<b>32.768.102</b>	<b>44,5%</b>	<b>2.245.060</b>	<b>8,4%</b>

Da apreciação dos dados constantes do Quadro 6, conclui-se que no final do primeiro semestre de 2013 o total da receita cobrada bruta, excluído que seja o saldo da gerência anterior, atingiu o valor de 25.979.329 €, refletindo um decréscimo de (-) 10% relativamente ao período análogo.

Em consonância com os resultados de anteriores gerências, as receitas correntes permanecem com o maior peso avocando 96% do total das receitas, superando claramente os 4% das receitas de capital.

A prestação negativa da receita é maioritariamente influenciada pelo comportamento das receitas correntes, (-) 1.937.862 €, não obstante se verificar também uma expressiva diminuição no agregado de receitas de capital no valor de (-) 957.453 €.

No âmbito das receitas correntes, o decréscimo mais significativo centra-se nos Impostos Diretos, com uma perda de (-) 2.163.567 €, logo seguido, não obstante a sua menor relevância, pela diminuição de (-) 182.428 € na Venda de Bens e Prestação de Serviços. Em sentido inverso, destacam-se as componente Impostos Indirectos, Taxas, Multas e Outras Penalidades, e de Rendimentos de Propriedade

com os aumentos de (+)189.224 € e (+)160.759 €, respetivamente.

Quanto ao agrupamento de Receitas de Capital, apesar das variações positivas registadas na vendas de bens de investimento e de ativos financeiros, atenta a sua pouca expressividade, continua a verificar-se uma redução expressiva no total cobrado, como se referiu (-) 957.453 €, em consequência sobretudo da influência das Transferências de Capital, (-) 654.542 €, circunstância que não será alheia a alteração da repartição do montante arrecadado pelo FEF em prejuízo da componente de Capital, e das Outras Receitas de Capital face ao decréscimo dos (-) 400.000 €.

No caso dos “Impostos Diretos”, fonte de receita própria mais expressiva do município, sobressai a diminuição do IMI em (-) 24,6% e do IMT em (-) 9,1%. No primeiro caso, a comparação com o período homólogo aparece prejudicada, já que em 2013 estamos perante condições de liquidação do imposto diferentes, tendo em consideração que neste ano a liquidação do IMI para prédios com valor superior a 500 € comporta 3 prestações, Abril, Julho e Novembro, conforme n.º 1 do artigo 120.º do código do IMI, na redação dada pela Lei 66-B/2012, de 31 de Dezembro. Em relação ao IMT, é plausível apontar as condições económicas e as medidas restritivas em matéria de finanças públicas, como as grandes causas motivadoras de tais decréscimos.

Com tendência inversa, e contrariamente ao expectável, destaca-se sobretudo o comportamento da Derrama com um acréscimo de (+) 438.108 € e dos Impostos Abolidos, (+) 217.457 €, e regista-se ainda a subida do Imposto Único de Circulação para (+)11,6%, (+)159.443 €.

Na componente *Impostos Indiretos, Taxas Multas e Outras Penalidades*, salienta-se o aumento da rubrica loteamentos e obras no montante de (+) 242.923 €, sendo esta grande responsável pela inversão da tendência negativa deste agregado. Este valor é oriundo exclusivamente de utentes coletivos (257.515 €), uma vez que a procura destes serviços, por parte de particulares, diminuiu (-) 14.592 €. Do lado das variações negativas destaca-se a “Publicidade” cuja diminuição, face ao período homólogo, ascende a (-) 116.390 €, assumindo uma tendência negativa que se poderá manter durante o resto do ano, consequência quer da conjuntura económica, quer da entrada em vigor do licenciamento zero.

Em matéria de *Venda de Bens e Prestação de Serviços*, o decréscimo de (-) 182.428 €, fica essencialmente a dever-se às componentes mais relevantes, os *Serviços Sociais* e os *Serviços Desportivos*, que no total avocam um contributo de cerca de (-) 116.283 €. No que toca aos *Serviços Sociais*, estão inseridos nesta rubrica os serviços de educação, CAF, SAF e refeições escolares. Importa esclarecer relativamente a esta questão que, a redução de (-) 99.709 € é em parte forçada pela implementação de um novo aplicativo informático, no final do ano 2012. Esta implementação provocou um atraso significativo em termos de liquidação deste tipo de receita, à data de 30 de junho de 2013 apenas se tinha liquidado até ao mês de março.

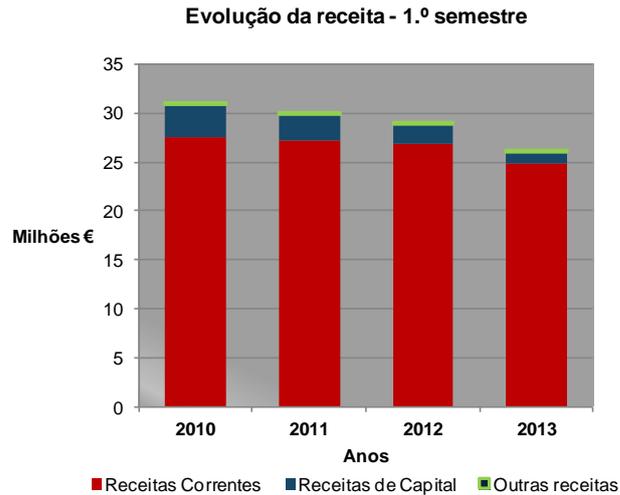
Por sua vez, os *Rendimentos de Propriedade* apresentam um incremento de 160.759 € reflexo da distribuição de dividendos relativos ao ano de 2012, provenientes de participações nos lucros de entidades terceiras, no caso as Águas do Douro e Paiva.

Conclui-se da análise orçamental que, as receitas correntes representam cerca de 96% da receita arrecadada bruta e apresentam uma taxa de execução de cerca de 44%, sobressaindo, a exemplo de exercícios anteriores, os Impostos Diretos e as Transferências Correntes.

As receitas de capital, conforme se tem vindo a relatar em outras gerências, são aquelas que apresentam maiores desvios relativamente à previsão, com uma taxa de execução de 11,1%.

O Gráfico 2 resume a evolução da execução orçamental da receita no 1.º semestre dos anos 2010 a 2013:

Gráfico 2



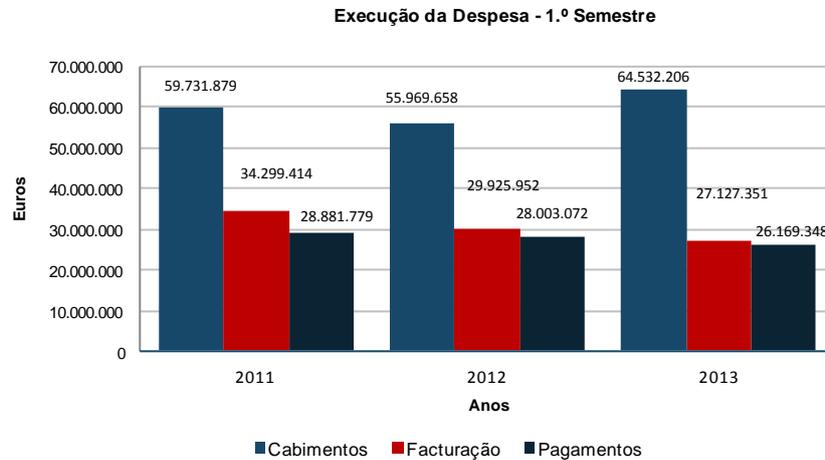
## EXECUÇÃO DA DESPESA

Quadro 7

EXECUÇÃO DA DESPESA													
1.º Semestre													
	Dotações Corrigidas 2013	Cabimentos		Tx cresc 2012-2013	Faturação		Tx cresc 2012-2013	Pagamentos		Tx cresc 2012-2013	Tx Execução 2013		
		2012	2013		2012	2013		2012	2013		Cabimentos/ Dotações	Pagamentos/ Cabimentos	Pagamentos / Facturação
Pessoal	20.636.410	9.943.695	19.811.851	99,2%	8.748.358	10.012.444	14,4%	8.728.915	9.997.463	14,5%	96,0%	50,5%	99,9%
Aquisição de Bens e Serviços	17.569.970	15.519.562	15.213.273	-2,0%	7.939.243	6.879.936	-13,3%	7.243.865	6.395.297	-11,7%	86,6%	42,0%	93,0%
Juros e Outros Encargos	1.241.400	1.578.422	1.218.044	-22,8%	767.490	560.714	-26,9%	767.490	560.714	-26,9%	98,1%	46,0%	100,0%
Transferências Correntes	2.737.560	2.262.759	2.207.400	-2,4%	1.419.001	1.319.519	-7,0%	1.397.326	1.283.905	-8,1%	80,6%	58,2%	97,3%
Subsídios	2.190.100	1.657.434	1.749.991	5,6%	1.198.434	1.049.991	-12,4%	1.198.434	1.049.991	-12,4%	79,9%	60,0%	100,0%
Outras Despesas Correntes	743.750	1.103.194	748.992	-32,1%	366.622	436.682	19,1%	280.279	360.460	28,6%	100,7%	48,1%	82,5%
<b>Total despesas correntes</b>	<b>45.119.190</b>	<b>32.065.068</b>	<b>40.949.551</b>	<b>27,7%</b>	<b>20.439.147</b>	<b>20.259.286</b>	<b>-0,9%</b>	<b>19.616.310</b>	<b>19.647.830</b>	<b>0,2%</b>	<b>90,8%</b>	<b>48,0%</b>	<b>97,0%</b>
Aquisição de Bens de Capital	16.860.800	13.401.373	13.040.521	-2,7%	3.586.003	2.434.862	-32,1%	3.350.492	2.212.003	-34,0%	77,3%	17,0%	90,8%
Transferências de Capital	4.039.960	3.029.311	3.037.108	0,3%	2.169.512	687.862	-68,3%	1.304.979	564.173	-56,8%	75,2%	18,6%	82,0%
Activos Financeiros	52.300	8.178	10.178	24,5%	0	0		0	0		19,5%	0,0%	
Passivos financeiros	7.494.050	7.465.729	7.494.849	0,4%	3.731.290	3.745.342	0,4%	3.731.290	3.745.342	0,4%	100,0%	50,0%	100,0%
Outras Despesas de Capital	100	0	0		0	0		0	0		S/Var	S/Var	
<b>Total despesas capital</b>	<b>28.447.210</b>	<b>23.904.590</b>	<b>23.582.655</b>	<b>-1,3%</b>	<b>9.486.805</b>	<b>6.868.066</b>	<b>-27,6%</b>	<b>8.386.762</b>	<b>6.521.517</b>	<b>-22,2%</b>	<b>82,9%</b>	<b>27,7%</b>	<b>95,0%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>73.566.400</b>	<b>55.969.658</b>	<b>64.532.206</b>	<b>15,3%</b>	<b>29.925.952</b>	<b>27.127.351</b>	<b>-9,4%</b>	<b>28.003.072</b>	<b>26.169.348</b>	<b>-6,5%</b>	<b>87,7%</b>	<b>40,6%</b>	<b>96,5%</b>

Un: Euros

### Gráfico 3



Como é dado observar no Quadro 7, e não obstante a redução evidenciada na maioria das suas componentes de natureza corrente e de capital, verifica-se um aumento de 15,3% no total dos cabimentos, fruto sobretudo da variação ocorrida na rubrica de *Pessoal* (+) 99,2%, que em termos absolutos atingiu (+) 9.868.156 €, e em muito menor monta dos Subsídios, atendendo que os incrementos nas componentes de capital (transferências, ativos e passivos financeiros) são meramente residuais.

Este incremento nas despesas de pessoal, encontra-se justificado pela necessidade de cabimentação e compromisso da estimativa de gastos com pessoal para a totalidade do ano, procedimento essencial à implementação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), solução que no ano transato a aplicação informática não permitia operacionalizar, o que prejudica qualquer análise comparativa.

Relativamente à despesa total faturada, esta ascendeu a 27.127.351 €, dos quais 531.018 € respeitam a despesa transitada e 26.596.334 € à nova faturação de 2013, evidenciando um decréscimo global de (-) 9,4%, redução comprovada em todas as rubricas, com exceção das de *Pessoal*, *Outras Despesas Correntes* e *Passivos Financeiros*.

Nesse âmbito, destaca-se a diminuição ocorrida nos agregados *Transferências de Capital e Aquisição de Bens* de Capital, que totalizou (-) 2.632.791 €, e paralelamente nas despesas de natureza corrente, a redução de (-) 1.059.307 € na *Aquisição de Bens e Serviços*, muito embora não devam ser ignorados os contributos dos *Juros e Outros Encargos*, (-) 206.776 €, *Subsídios*, (-) 148.443 €, e *Transferências Correntes* (-) 99.482 €.

Com tendência inversa, em termos de despesa faturada, sobressai o acréscimo de (+) 1.264.087 € na rubrica de *Pessoal*, face aos aumentos pouco significativos das *Outras Despesas Correntes*, (+) 70.060 €, e dos *Passivos Financeiros*, (+) 14.051 €.

Apreciando a despesa paga, esta situou-se em 26.169.348 €, o que representa um decréscimo de (-) 6,5%, comparativamente com o período homólogo.

Em termos de taxas de execução, releva-se a excelente taxa obtida nos pagamentos em relação à faturação ao atingir neste período 96,5%, apurando-se que apenas 958.004 € do total faturado se encontra por pagar.

Fruto da sua importância, convém efetuar uma análise detalhada à faturação com origem no exercício de 2013, isto é, à nova despesa faturada.

### Quadro 8

EVOLUÇÃO DA DESPESA FATURADA							
1.º Semestre							
	2012		2013		Variação da Nova Faturação 2012/2013		
	Transitada de 2011	Nova faturação Junho	Transitada de 2012	Nova faturação Junho	Valor	Taxa Crescimento	
Pessoal	55.934	8.692.423	56.761	9.955.684	1.263.260	14,5%	
Aquisição de Bens e Serviços	954.140	6.985.103	329.821	6.550.115	-434.988	-6,2%	
Juros e Outros Encargos	0	767.490	0	560.714	-206.776	-26,9%	
Transferências Correntes	27.104	1.391.897	9.049	1.310.470	-81.427	-5,9%	
Subsídios	0	1.198.434	0	1.049.991	-148.443	-12,4%	
Outras Despesas Correntes	1.504	365.117	76.164	360.517	-4.600	-1,3%	
<b>Total despesas correntes</b>	<b>1.038.682</b>	<b>19.400.465</b>	<b>471.794</b>	<b>19.787.491</b>	<b>387.026</b>	<b>2,0%</b>	
Aquisição de Bens de Capital	805.525	2.780.478	59.223	2.375.639	-404.839	-14,6%	
Transferências de Capital	1.070.997	1.098.515	0	687.862	-410.653	-37,4%	
Activos Financeiros	0	0	0	0	0		
Passivos financeiros	0	3.731.290	0	3.745.342	14.051	0,4%	
Outras Despesas de Capital	0	0	0	0	0		
<b>Total despesas capital</b>	<b>1.876.522</b>	<b>7.610.283</b>	<b>59.223</b>	<b>6.808.843</b>	<b>-801.440</b>	<b>-10,5%</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>2.915.205</b>	<b>27.010.748</b>	<b>531.018</b>	<b>26.596.334</b>	<b>-414.414</b>	<b>-1,5%</b>	

Un: Euros

\* A faturação transitada está atualizada tendo em conta os movimentos de estorno que se efeturaram em 2013 e que respeitam a faturação de anos anteriores.

Centrando a análise na faturação nova realizada em 2013, no valor total de 26.596.334 €, verifica-se que, com exceção da componente de despesas com pessoal, e de forma meramente residual os passivos financeiros, todas as demais rubricas de despesa diminuem, o que no cômputo geral evidencia uma diminuição de (-) 1,5%, conseqüente da redução de (-) 10,5% na faturação das despesas de capital, em parte amortecida pelo acréscimo de (+) 2% da faturação das despesas correntes, este último integralmente imputável ao comportamento das despesas de pessoal, uma vez que todos os seus pares reduzem.

Com efeito, na nova despesa corrente faturada sobressai a variação positiva de (+) 14,5% nas despesas com pessoal, (+)1.263.260 €, justificada quer pela obrigatoriedade imposta pela Lei do Orçamento de Estado (LOE) para 2013 de pagamento do Subsídio de Natal por duodécimos, bem como, pelo pagamento de Subsídio de Férias no mês de Junho à totalidade dos funcionários, fruto da declaração de inconstitucionalidade da norma que o suspendia, considerando que no ano transato tal pagamento não contemplou os trabalhadores com remuneração base superior a 1.100 € e impunha redução àqueles que auferem entre 600 € e 1.100 €.

Em sentido inverso, destaca-se a redução de (-) 6,2% na faturação de aquisição de bens e serviços, (-) 434.988 €, cujo detalhe de cada uma das suas componentes, posteriormente analisada, permite

concluir que se repercute em ambas as áreas.

Na redução das despesas de capital, releva-se o comportamento nas rubricas de *Transferências de Capital* (-) 410.653 € e *Aquisição de Bens de Capital* (-) 404.839 €, sendo de realçar no primeiro agregado a diminuição das participações às *Freguesias*, uma vez que as construções dos edifício-sedes de Junta estão praticamente concluídos. No que concerne ao segundo agregado importa destacar a diminuição da *Aquisição de terrenos* e do investimento em *Viadutos, arruamentos e obras complementares*, em sentido inverso, constata-se um aumento do investimento em edifícios nomeadamente:

- Posto da GNR no Castelo da Maia, na Freguesia de S. Pedro de Avioso.
- Construção do Centro Escolar da Pícuca - EB1 e J.I. - na Freguesia de Águas Santas.
- Conservação de instalações desportivas.

Dada a relevância da “Aquisição de Bens e Serviços” no cômputo global da despesa faturada nova, proceder-se-á de seguida a uma análise das suas duas componentes: “Aquisição de Bens” e “Aquisição de Serviços”, que evidenciam uma tendência decrescente nas suas diversas componentes, como é visível nos quadros seguintes.

### Quadro 9

EVOLUÇÃO DA DESPESA FATURADA				
AQUISIÇÃO DE BENS				
1.º Semestre				
	2012	2013	Variação 2012/2013	
	Nova faturação	Nova faturação	Valor	%
Matérias-primas e subsidiárias	72.210	99.094	26.884	37,2%
Combustíveis e lubrificantes				
Gasolina	27.754	20.932	-6.822	-24,6%
Gasóleo	114.793	107.580	-7.213	-6,3%
Outros	16.271	30.795	14.524	89,3%
Munições, explosivos e artifícios	0	0	0	
Limpeza e higiene	5.475	17.864	12.389	226,3%
Alimentação - Refeições confeccionadas	951.383	741.611	-209.772	-22,0%
Alimentação - Géneros para confeccionar	1.378	593	-785	-56,9%
Vestuário e artigos pessoais	7.022	12.128	5.106	72,7%
Material de escritório	15.219	13.640	-1.579	-10,4%
Produtos químicos e farmacêuticos	20.838	17.378	-3.460	-16,6%
Produtos vendidos nas farmácias	0	0	0	
Material de consumo clínico	261	45	-216	-82,7%
Material de transporte - Peças	15.237	14.063	-1.173	-7,7%
Material de consumo hoteleiro	0	559	559	
Outro material - Peças	1.462	3.324	1.862	127,3%
Prémios, condecorações e ofertas	6.173	26.409	20.236	327,8%
Mercadorias para venda				
Outros	0	0	0	
Ferramentas e utensílios	2.103	2.251	149	7,1%
Livros e documentação técnica	46	77	31	67,8%
Artigos honoríficos e de decoração	0	0	0	
Material de educação, cultura e recreio	8.638	5.533	-3.104	-35,9%
Outros bens	44.103	46.634	2.530	5,7%
<b>TOTAL</b>	<b>1.310.365</b>	<b>1.160.510</b>	<b>-149.855</b>	<b>-11,4%</b>

Un: Euros

\* A faturação transitada está atualizada tendo em conta os movimentos de estorno que se efetuaram em 2013 e que respeitam a faturação de anos anteriores.

A despesa faturada com aquisição de bens apresenta neste período uma diminuição de (-) 149.855 €, que corresponde a uma variação de (-) 11,4%. Tal variação foi instigada integralmente pelo comportamento da rubrica *Alimentação – Refeições Confeccionadas* que apresentou um decréscimo de (-) 209.772 €.

A contribuírem de forma menos significativa para a diminuição constatada neste agrupamento de despesa, surgem as rubricas de *Gasóleo*, *Gasolina*, *Produtos Químicos e Farmacêuticos*, *Material de Educação, Cultura e Recreio*, *Material de Escritório*, *Material de Transporte*, *Alimentação - Géneros para Confeccionar*, e *Material de Consumo Clínico*, que no seu cômputo global apresentam uma variação negativa de (-) 24.352 €.

Em sentido inverso e com pouca materialidade apresentam-se as rubricas remanescentes que na sua globalidade contribuem com apenas (+) 84.269 €, não comprometendo o resultado final do agregado de Aquisição de bens.

**Quadro 10**

<b>EVOLUÇÃO DA DESPESA FATURADA</b>				
<b>AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS</b>				
<b>1.º Semestre</b>				
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>Variação 2012/2013</b>	
	<b>Nova faturação</b>	<b>Nova faturação</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
Encargos de instalações	1.243.517	1.188.490	-55.027	<b>-4,4%</b>
Limpeza e higiene	61.791	71.961	10.170	<b>16,5%</b>
Conservação de bens	38.689	149.262	110.573	<b>285,8%</b>
Locação de edifícios	0	0	0	
Locação de material de informática	0	0	0	
Locação de outros bens	163.943	173.984	10.041	<b>6,1%</b>
Comunicações	134.664	130.056	-4.607	<b>-3,4%</b>
Transportes	216.987	178.384	-38.603	<b>-17,8%</b>
Representação dos serviços	839	9.429	8.590	<b>1023,6%</b>
Seguros	93.406	27.619	-65.786	<b>-70,4%</b>
Deslocações e estadas	8.541	7.150	-1.391	<b>-16,3%</b>
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	171.647	69.636	-102.010	<b>-59,4%</b>
Formação	7.630	4.105	-3.525	<b>-46,2%</b>
Seminários, exposições e similares	4.056	575	-3.481	<b>-85,8%</b>
Publicidade	18.515	41.358	22.843	<b>123,4%</b>
Vigilância e segurança	232.516	254.187	21.671	<b>9,3%</b>
Assistência técnica	135.347	259.996	124.649	<b>92,1%</b>
Outros trabalhos especializados	986.023	1.064.440	78.418	<b>8,0%</b>
Utilização de infra-estruturas de transportes	0	0	0	
Serviços de saúde	0	10.750	10.750	
Outros serviços especializados	0	0	0	
Encargos de cobrança de receitas	876.069	309.678	-566.391	<b>-64,7%</b>
Outros serviços				
Iluminação pública	1.208.701	1.258.295	49.594	<b>4,1%</b>
Outros serviços	71.859	180.250	108.391	<b>150,8%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.674.738</b>	<b>5.389.605</b>	<b>-285.133</b>	<b>-5,0%</b>

Un: Euros

\* A faturação transitada está atualizada tendo em conta os movimentos de estorno que se efetuaram em 2013 e que respeitam a faturação de anos anteriores.

A aquisição de serviços apresenta no período em análise, um decréscimo de (-) 5%, (-) 285.133 €, influenciado principalmente pela variação ocorrida na rubrica de *Encargos de Cobrança de Receitas* que apresenta uma diminuição de (-) 566.391 €, seguindo-se o comportamento das rubricas de, *Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria* com uma diminuição de (-) 102.010 €, *Seguros* com uma variação de

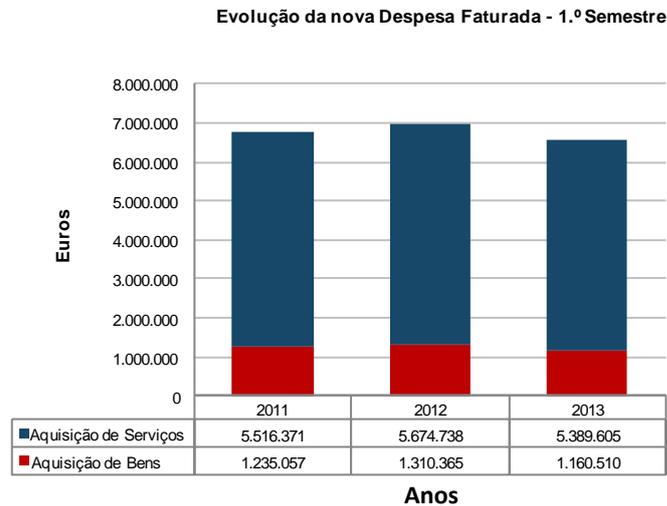
(-) 65.786 €, *Encargos de Instalações* (-) 55.027 € e *Transportes* com um decréscimo de (-) 38.603 €.

A componente de “*Encargos de Cobrança de Receitas*”, é a rubrica que mais contribui para o decréscimo ocorrido no cômputo geral da rubrica de serviços, tal variação resulta da imputação ao Município, no período homólogo de 2012, de despesas com o processo de avaliação geral de imóveis no âmbito do IMI.

Com influência inversa, destacam-se as variações positivas ocorridas nas rubricas de, *Assistência Técnica*, que respeita essencialmente ao licenciamento do software do Microsoft Office, na *Conservação de Bens*, *Outros Serviços*, *Outros Trabalhos Especializados*, *Iluminação Pública*, *Publicidade*, *Vigilância e Segurança*.

Posteriormente apresenta-se o Gráfico 4 com a evolução da nova despesa faturada, no último triénio, da rubrica de Bens e da rubrica dos Serviços.

**Gráfico 4**



## FLUXOS DE CAIXA E CONTAS DE ORDEM

### Fluxos de Caixa

Quadro 11

RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA				
1º Semestre de 2013				
Recebimentos			Pagamentos	
Saldo da gerência anterior		10.969.538	Despesas Orçamentais	26.169.348
Execução Orçamental	6.788.773		Correntes	19.647.830
Operações de Tesouraria	300.473		Capital	6.521.517
Cauções em dinheiro	3.880.292			
<b>Receitas Orçamentais</b>		<b>25.979.329</b>	<b>Dotações não Orçamentais</b>	<b>2.095.817</b>
Correntes	24.915.713		Operações de Tesouraria	1.760.488
Capital	1.057.865		Cauções em dinheiro	335.329
Outras	5.752			
<b>Dotações não orçamentais</b>		<b>2.072.626</b>	<b>Saldo para o início do 2º Semestre</b>	<b>10.756.328</b>
Operações de Tesouraria	2.009.235		Execução Orçamental	6.598.754
Cauções em dinheiro	63.391		Operações de Tesouraria	549.220
			Cauções em dinheiro	3.608.355
<b>Total</b>		<b>39.021.493</b>	<b>Total</b>	<b>39.021.493</b>

Unidade: Euros

O Quadro 11 retrata de forma resumida os movimentos dos fluxos de caixa ocorridos durante este período, refletindo assim toda a execução orçamental, relacionando e contrabalançando os recebimentos e pagamentos, tanto ao nível de operações orçamentais como não orçamentais, as designadas operações de tesouraria e cauções em dinheiro que mais não são do que cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros, funcionando como operações de entradas e saídas de fundos à margem do orçamento, que só são objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

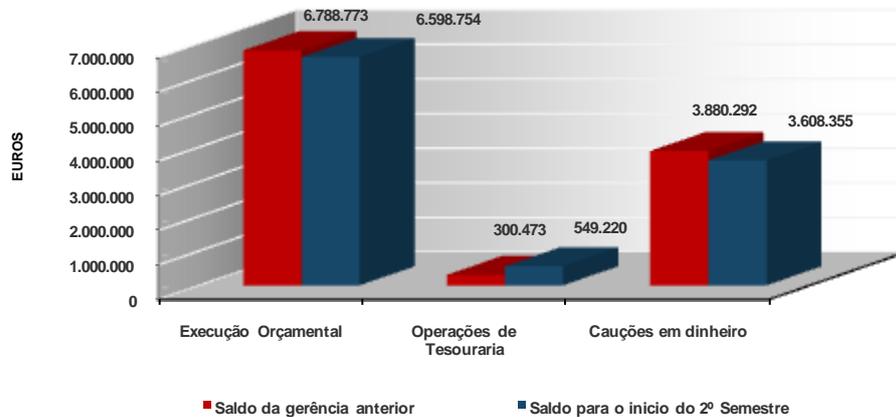
Da análise dos dados conclui-se que entraram fundos no valor 28.051.955 € dos quais 25.979.329 € são provenientes de receitas orçamentais e 2.072.626 € de receitas não orçamentais, 2.009.235 € respeitam a operações de tesouraria e 63.391 € a cauções em dinheiro.

No cômputo geral dos pagamentos concretizados regista-se que do total de disponibilidades saídas no montante de 28.265.165 € a quota-parte de natureza orçamental ascendeu a 26.169.348 € e o valor residual de 2.095.817 € a operações não orçamentais, na sua maioria por conta de operações de tesouraria.

Em resultado deste balanceamento entre pagamentos e recebimentos, transita para o segundo semestre um saldo de 10.756.328 €, cujo valor de maior relevância corresponde à execução orçamental que assume 6.598.754 €.

### Gráfico 5

COMPARAÇÃO ENTRE O SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR E O SALDO PARA O INÍCIO DO 2º SEMESTRE NO RESUMO DOS FLUXOS DE CAIXA DE 2013



### Contas de ordem

As contas de ordem têm por finalidade contabilizar factos ou circunstâncias que não produzem modificações no património da autarquia, mas que representam possibilidades de futuras alterações ao mesmo, sendo de assinalar que em conformidade com o entendimento do Tribunal de Contas só estão aqui refletidas as cauções e depósitos de garantia que revestem a forma de seguro caução, garantia bancária ou outra forma semelhante titulada por um documento. Assim foram excluídas as cauções em dinheiro constando as mesmas do mapa de fluxos de caixa.

### Quadro 12

RESUMO DAS CONTAS DE ORDEM			
1º Semestre de 2013			
Saldo da gerência anterior	34.153.378	Garantias accionadas	0
Garantias:		Garantias devolvidas	1.953.581
A favor da autarquia	27.147.233	A favor da autarquia	1.953.581
A favor de terceiros	5.437.928	A favor de terceiros	
Recibos para cobrança	1.568.217	Receita virtual cobrada	0
Garantias prestadas no 1º Semestre 2013	1.079.433	Receita virtual anulada	0
A favor da autarquia		0 Saldo para o Início do 2º Semestre 2013	33.279.229
A favor de terceiros	1.079.433	Garantias:	
Receita virtual liquidada no 1º Semestre 2013		A favor da autarquia	26.273.085
		A favor de terceiros	5.437.928
		Recibos para cobrança	1.568.217
<b>Total</b>	<b>35.232.810</b>	<b>Total</b>	<b>35.232.810</b>

Unidade: Euros

Como se pode aferir, durante este período não foi prestada pela autarquia qualquer garantia ou caução a favor de terceiros pelo que o valor das garantias prestadas ascende a 5.437.928 € e advém dos seguintes compromissos assumidos em anteriores gerências:

- a hipoteca sobre o Fórum no montante de 5.175.787 € registada a favor do Ministério das Finanças em 2007, tendo em vista a suspensão do processo de execução fiscal existente, em consequência do município ter contestado a decisão da cobrança do IVA associada ao processo de antecipação das rendas habitacionais realizado em 2004 a favor de terceiros.
- uma garantia prestada em 2007 pelo montante de 159.641 € a favor do IFADAP – Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura;
- três garantias prestadas pelo município em 2005 a favor da ARHNORTE, IP – Administração da Região Hidrográfica do Norte, IP, duas de 25.000 € e uma de 50.000 €;
- uma garantia prestada em 2005 a favor do IEP – Instituto de Estradas de Portugal, no valor de 2.500 €.

Por outro lado, é evidente que no âmbito das garantias a favor da autarquia se registaram movimentos que afluem nos dois sentidos ao verificar - se quer a prestação de novas garantias no valor 1.079.433 € como a consequente devolução de 1.953.581 €, uma vez reunidas as condições legais para a sua concretização, posicionando-se assim o saldo final a favor da autarquia em 26.273.085 €.

A grande maioria destas garantias devolvidas resulta da realização de empreitadas e obras públicas funcionando como garante da boa execução da obra.





2013

**ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO**

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL



## **ENQUADRAMENTO**

Este capítulo dedicado ao endividamento autárquico encontra-se estruturado em duas partes, que apesar de distintas se complementam, endividamento “*Stricto Sensu*” versus “*Lato Sensu*”

### ▪ **Endividamento - Stricto Sensu**

Destinado a uma apreciação circunstanciada à evolução do endividamento do município, excluindo as influências do sector empresarial local, das associações dos municípios e de igual modo dos serviços municipalizados, em conformidade com os dados constantes nas peças contabilísticas anexas ao presente documento, como tem sido prática corrente dos últimos anos

Anota-se que num primeiro momento é realizada uma abordagem generalizada à evolução da dívida global, e só depois se segue uma avaliação individualizada de cada uma das suas componentes, ao nível de curto e médio e longo prazo, sempre centrada nos valores das operações orçamentais retratados na contabilidade patrimonial.

### ▪ **Endividamento - Lato Sensu**

Orientado para o apuramento do endividamento líquido municipal compatível com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), incorporando no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no seu regime jurídico, os serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação, bem como dos limites específicos para a celebração de empréstimos de curto, médio e longo prazo. Por último avalia-se a posição do município face a esses limites.

Independentemente da estrutura apresentada no balanço para efeitos de classificação em curto prazo e médio e longo prazo, considerou-se como dívida de médio e longo prazo, aquela cuja contratação ocorreu para um horizonte temporal superior a um ano.

## **ENDIVIDAMENTO STRICTO SENSU**

A apreciação vertida neste capítulo atende à informação das operações de natureza orçamental contida no balanço, excluída dos adiantamentos, por se entender que os respetivos valores, ao estarem indexados a atos definitivos futuros não fundam no período em referência efetivas obrigações.

Neste âmbito, e por força das profundas alterações legislativas impostas pelas sucessivas Leis do Orçamento de Estado, e respetivas normas de execução orçamental, bem como, pela entrada em vigor da Lei nº 8/2012, de 21 de Fevereiro, designada como a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA), o controlo da dívida de curto prazo e dos respetivos atrasos de pagamento passam a assumir particular relevância no contexto global gestão da dívida.

Efetivamente, a LOE para 2013, para além de continuar a impor limites de endividamento líquido e de médio e longo prazo cada vez mais restritivos, impõe de igual modo uma redução dos pagamentos em

atraso com mais de 90 dias, obrigatoriedade que decorre das disposições constantes no seu artigo 96.º.

Note-se porém que o Município, no ano transato, já se posicionava fora das entidades com pagamentos em atraso, assim permanecendo neste exercício, cumprindo integral e pontualmente todas as suas obrigações nesta matéria.

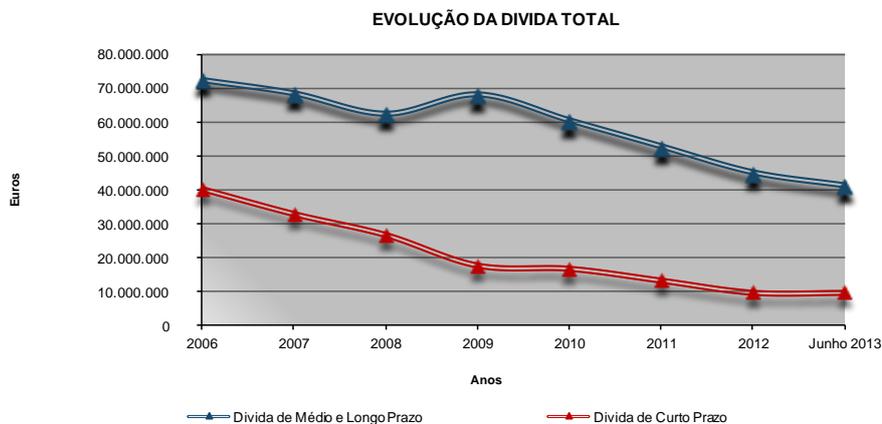
## DÍVIDA TOTAL

Quadro 13

	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA TOTAL								Variação	
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Junho 2013	2012/2013	2006/2013
Divida de Médio e Longo Prazo	72.132.526	68.209.355	62.187.638	67.909.742	60.241.496	52.567.656	44.887.283	41.036.209	-3.851.074	-31.096.317
Divida de Curto Prazo	40.198.367	32.829.557	26.638.183	17.619.616	16.685.700	13.180.487	9.603.273	9.576.045	-27.228	-30.622.322
<b>Divida Total</b>	<b>112.330.893</b>	<b>101.038.912</b>	<b>88.825.821</b>	<b>85.529.358</b>	<b>76.927.197</b>	<b>65.748.143</b>	<b>54.490.556</b>	<b>50.612.254</b>	<b>-3.878.302</b>	<b>-61.718.639</b>
<b>Taxa de crescimento da dívida</b>										
Médio e longo prazo	-9,5%	-10,1%	-12,1%	-3,7%	-10,1%	-14,5%	-17,1%	-7,1%	-7,1%	-54,9%
Curto prazo	-8,1%	-5,4%	-8,8%	9,2%	-11,3%	-12,7%	-14,6%	-8,6%	-8,6%	-43,1%
Curto prazo	-12,0%	-18,3%	-18,9%	-33,9%	-5,3%	-21,0%	-27,1%	-0,3%	-0,3%	-76,2%

Un:Euros

Gráfico 6



Uma avaliação global ao período compreendido entre 2006 e 2013 permite concluir que, atendendo ao comportamento das duas componentes da dívida, curto e médio e longo prazo, o total do endividamento municipal tem vindo a diminuir de forma sistemática e continua ao longo do tempo, sustentado num ritmo de reduções anuais a rondar, quase sempre, os onze milhões de euros, o que é deveras significativo.

A dívida global do município a 30 de junho de 2013, no valor de 50.612.254 €, regista, assim, menos (-) 3.878.302 € que no final de 2012, evidenciando um decréscimo de (-) 7,1%, sobretudo devido ao impacto da redução da dívida de médio e longo, que anuncia (-) 3.851.074 € do que no ano anterior, completando deste modo a quantia de 41.036.209 €.

Atente-se ainda que, não obstante a expressiva quebra dos níveis de receita cobrada que se verificou no semestre em análise, a dívida de curto prazo, ao totalizar 9.576.045 €, aparece diminuída em (-) 0,3% face ao exercício transato.

Do exposto resulta que, ao longo dos últimos anos, a diminuição do passivo e o controlo do endividamento autárquico tem sido um dos objetivos prosseguidos pelo município, cuja concretização se tem pautado por demarcado sucesso.

Com efeito, em contexto de crise económica, de austeridade, e de significativa quebra de receita, o total da dívida municipal entre 2006 e 2013, sofreu uma redução de 55% (de 112.330.893 € para 50.612.254 €) o que demonstra que em devido tempo o município soube adequar o seu orçamento à realidade que se antevia, promovendo designadamente um grande esforço de contenção e de racionalização das suas despesas.

### DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

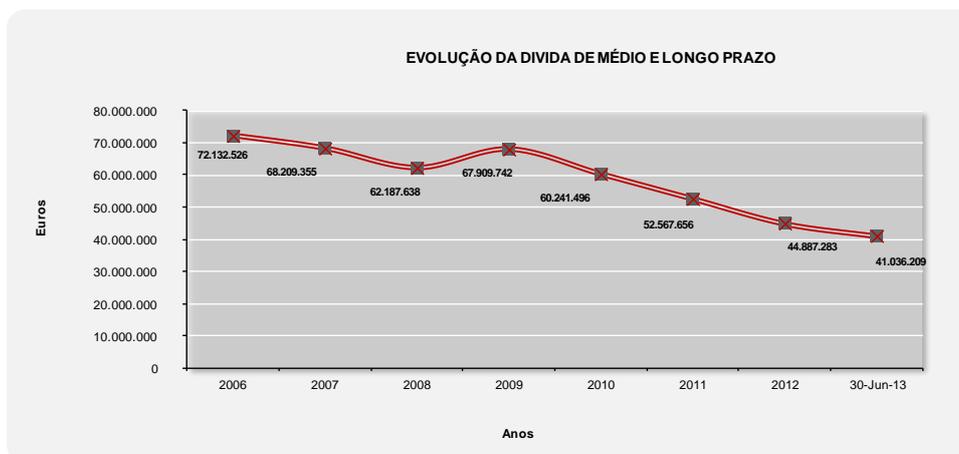
Considerando que durante este semestre não foi contraído qualquer novo empréstimo, a apreciação formalizada neste âmbito é centrada na evolução da dívida de médio e longo prazo contratada em exercícios anteriores, diferenciando-se para o efeito os empréstimos consoante concorram ou não para efeitos do cálculo do limite do endividamento líquido e do de médio e longo prazo.

**Quadro 14**

ESTRUTURA DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO								
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Junho 2013
<b>Empréstimos de Médio e Longo Prazo</b>	<b>72.132.526</b>	<b>66.253.301</b>	<b>60.443.050</b>	<b>66.376.618</b>	<b>58.919.838</b>	<b>51.457.464</b>	<b>43.988.556</b>	<b>40.243.214</b>
<b>Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento</b>	<b>47.625.730</b>	<b>42.823.585</b>	<b>38.021.442</b>	<b>45.012.098</b>	<b>38.704.490</b>	<b>32.396.882</b>	<b>26.089.274</b>	<b>22.935.470</b>
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	27.625.730	24.840.203	22.054.677	19.269.150	16.483.623	13.698.097	10.912.570	9.519.807
Empréstimo Bancário de M.L. P com BPI no montante de 20.000.000	20.000.000	17.983.382	15.966.765	13.950.147	11.933.530	9.916.912	7.900.295	6.891.986
Empréstimo Bancário de M.L. P ao abrigo do PREDE - 12.545.533				<b>11.792.801</b>	<b>10.287.337</b>	<b>8.781.873</b>	<b>7.276.409</b>	<b>6.523.677</b>
Banco Santander Totta				6.774.588	5.269.124	3.763.660	2.258.196	1.505.464
Estado				5.018.213	5.018.213	5.018.213	5.018.213	5.018.213
<b>Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento</b>	<b>24.506.796</b>	<b>23.429.716</b>	<b>22.421.608</b>	<b>21.364.520</b>	<b>20.215.348</b>	<b>19.060.581</b>	<b>17.899.282</b>	<b>17.307.744</b>
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - Intempéries - com o BTA no montante de 448.918,11	153.513	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimo Bancário de M.L. P com o CG D - Complemento PER - no montante de 3.426.512,43 €	3.426.512							
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BES - Complemento PER - no montante de 2.428.716,06	2.320.774	7.014.231						
Empréstimo Bancário de M.L. P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 1.421.928,26	1.421.928		6.740.937	6.462.700	6.179.270	5.890.383	5.595.764	5.446.215
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 1 - com a CG D - no montante de 7.481.968,46€	4.948.205	4.710.425	4.483.371	4.241.906	3.974.635	3.707.701	3.439.863	3.303.404
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de credito bonificado - PER 2 - com a CG D - até 21.007.737,65	12.235.864	11.705.060	11.197.300	10.659.914	10.061.443	9.462.497	8.863.654	8.558.125
<b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo</b>	<b>0</b>	<b>1.956.054</b>	<b>1.744.589</b>	<b>1.533.123</b>	<b>1.321.658</b>	<b>1.110.193</b>	<b>898.727</b>	<b>792.995</b>
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	0	1.956.054	1.744.589	1.533.123	1.321.658	1.110.193	898.727	792.995
<b>Total da dívida de médio e longo prazo</b>	<b>72.132.526</b>	<b>68.209.355</b>	<b>62.187.639</b>	<b>67.909.741</b>	<b>60.241.496</b>	<b>52.567.656</b>	<b>44.887.283</b>	<b>41.036.209</b>
<b>Taxa de crescimento</b>	<b>-8,08%</b>	<b>-5,44%</b>	<b>-8,8%</b>	<b>9,2%</b>	<b>-11,3%</b>	<b>-12,7%</b>	<b>-14,6%</b>	<b>-8,6%</b>

Utr: Euros

Gráfico 7



Promovendo uma análise global à evolução destes passivos, pode-se afirmar que também tem sido proveitosa a ação desenvolvida pelo município em matéria de controlo de endividamento autárquico de médio e longo prazo, independentemente da sua natureza, como demonstram os dados presentes no Quadro 14.

Em ambas as tipologias de empréstimos, consoante concorram ou não para efeitos do cálculo do limite do endividamento líquido e do de médio e longo prazo, permanece a redução perceptível desde 2006, apenas interrompida em 2009 por força do empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), sendo visível que, ano após ano, os níveis dessa redução aumentam, bem como, o maior peso recai sobre os empréstimos que concorrem para o cálculo do limite de endividamento.

No fecho do semestre, a dívida de médio e longo prazo do município totaliza 41.036.209 €, menos (-) 3.851.074 € que no final do exercício de 2012, o que representa um decréscimo de (-) 8,6%, assegurando, assim, a tendência de descida.

Atento o cumprimento do serviço de dívida negociado para os diferentes empréstimos, no cômputo global da diminuição obtida, como tem sido recorrente, predomina o contributo das amortizações efetuadas por conta dos empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento, em especial do empréstimo bancário contratado com o BTA, no montante de 29.927.873,82 €, que originou uma redução de 1.392.763 € no valor da dívida, logo seguido do empréstimo bancário adjudicado ao BPI, no valor de 20.000.000 €, que determinou um corte adicional de 1.008.309 €.

Resulta também a amortização de (-) 752.732 € do empréstimo contratado ao abrigo do Programa de Regularização Extraordinária de Dívidas do Estado (PREDE), decorrente na íntegra da parte imputável à instituição de crédito Banco Santander Totta, uma vez que a parcela correspondente ao financiamento do Estado ainda se encontra em período de diferimento

Quanto aos empréstimos que não relevam para efeitos de cálculo de capacidade de endividamento, o maior volume de amortizações está associado aos empréstimos realizados com a CGD ao abrigo das linhas de crédito bonificado (PER), cujo valor total ascendeu a (-) 441.988 €, sendo os demais

empréstimos denominados de complemento PER, presentemente contratados com o Banco Bilbao Viscaya em consequência da operação de “Reestruturação do serviço de dívida de médio e longo prazo” levada a cabo em 2007, responsáveis por uma redução de (-) 149.549 €.

As outras dívidas de médio e longo prazo, apenas decorrentes da responsabilidade assumida pelo município em consequência de sentença homologatória proferida no âmbito do processo de aquisição do Pavilhão Gimnodesportivo de S. Pedro Fins, construído na esfera do Programa Especial de Realojamento, foram responsáveis por uma redução de (-) 105.732 € no endividamento de médio e longo prazo.

### SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Com o objetivo de avaliar, numa ótica orçamental, o peso dos encargos decorrentes do endividamento de médio e longo prazo, nomeadamente os juros e as respetivas amortizações, no total da despesa e receita municipal, inclui-se um quadro ilustrativo da evolução do serviço de dívida municipal no primeiro semestre de 2013 (Quadro 15), face a período homólogo, uma vez que esta avaliação não deve ser descontextualizada da periodicidade semestral com que ocorrem estas obrigações.

**Quadro 15**

EVOLUÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO				
	30-Jun-13	30-Jun-12	Variação	
			Valor	Taxa
<b>Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento (1)</b>	<b>3.556.685</b>	<b>3.697.116</b>	<b>-140.431</b>	<b>-3,8%</b>
Amortizações	3.153.804	3.153.804	0	0,0%
Juros	402.881	543.312	-140.431	-25,8%
<b>Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento (2)</b>	<b>724.112</b>	<b>737.335</b>	<b>-13.223</b>	<b>-1,8%</b>
Amortizações	591.538	577.486	14.052	2,4%
Juros	132.574	159.849	-27.275	-17,1%
<b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo (3)</b>	<b>107.113</b>	<b>114.307</b>	<b>-7.194</b>	<b>-6,3%</b>
Amortizações	105.733	105.733	0	0,0%
Juros	1.381	8.574	-7.194	-83,9%
<b>Total do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo (1+2+3)</b>	<b>4.387.910</b>	<b>4.548.759</b>	<b>-160.848</b>	<b>-3,5%</b>
Amortizações	3.851.074	3.837.023	14.051	0,4%
Juros	536.836	711.736	-174.900	-24,6%
<b>Taxa de Crescimento do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo</b>	<b>-3,5%</b>			
Amortizações	0,4%			
Juros	-24,6%			
<b>Juros / Receita Total Cobrada</b>	<b>2,1%</b>	<b>2,5%</b>		
<b>Juros / Despesa Total Paga</b>	<b>2,1%</b>	<b>2,5%</b>		
<b>Juros / Despesa de Capital Paga</b>	<b>8,2%</b>	<b>8,5%</b>		
<b>Serviço Dívida / Receita Total Cobrada</b>	<b>16,9%</b>	<b>15,8%</b>		
<b>Serviço Dívida / Despesa Total Paga</b>	<b>16,8%</b>	<b>16,2%</b>		

Un: Euros

Da apreciação dos dados obtidos, conclui-se que os encargos com o Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo reduziram (-) 3,5% face a período homólogo, inteiramente devido à redução do peso dos juros da dívida pública municipal, já que o montante amortizado por conta dos empréstimos que não relevam para efeitos de endividamento aumentou ligeiramente (14.051 €).

Tal comportamento, não obstante a redução das taxas de juro, decorre da reiterada diminuição do capital em dívida dos empréstimos que relevam para efeitos de cálculo da capacidade de endividamento, associado ao facto do município não ter contratado mais nenhum financiamento.

É de igual modo perceptível que no peso do Serviço de Dívida prevalece o volume das amortizações que representa cerca 88% do seu valor global, absorvendo o valor total do serviço de dívida cerca de 16% do total da receita e da despesa executadas, percentagem que não é, de todo, desprezível num contexto de apertada gestão de disponibilidades, o que justifica uma análise mais pormenorizada da rubrica.

Nestes termos insere-se, o Quadro 16 com o detalhe do Serviço de Dívida de Médio e Longo Prazo no semestre findo, por tipologia de empréstimo, assim como a respetiva previsão desses encargos para o final do exercício de 2013, para além da ilustração gráfica do peso de cada uma das suas componentes.

**Quadro 16**

DESCRIÇÃO DO SERVIÇO DE DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO						
	Realizado 1º Semestre 2013			Previsto no 2º Semestre 2013		
	Amort	Juros	Total	Amort	Juros	Total
<b>Empréstimos MLP que relevam p/ capacidade de endividamento</b>						
Empréstimo Bancário de M.LP com o Banco Santander Totta, de 29.927.873,82 €	1.392.763	222.883	1.615.646	1.392.763	192.668	1.585.431
Empréstimo Bancário de M.LP com Banco Português de Investimento, de 20.000.000,00 €	1.008.309	158.763	1.167.072	1.008.309	138.500	1.146.809
Empréstimo de MLP com o Banco Santander Totta, de 7.527.320,43 € - PREDE	752.732	21.235	773.967	752.732	13.775	766.507
<b>Sub Total</b>	<b>3.153.804</b>	<b>402.881</b>	<b>3.556.685</b>	<b>3.153.804</b>	<b>344.943</b>	<b>3.498.747</b>
<b>Empréstimos MLP que não relevam p/ capacidade de endividamento</b>						
Empréstimo Bancário de M.LP com o BBVA - Complemento PER - de 7.169.214,75 €	149.549	111.744	261.294	151.092	109.355	260.448
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 1) com a CGD - até 7.481.968,46 €	136.460	5.287	141.746	136.956	4.470	141.427
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado (PER 2) com a CGD - até 210.774.114,44 €	305.529	15.543	321.072	307.654	11.657	319.311
<b>Sub Total</b>	<b>591.538</b>	<b>132.574</b>	<b>724.112</b>	<b>595.703</b>	<b>125.482</b>	<b>721.185</b>
<b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo</b>						
Fornecedores de Imobilizado de MLP	105.733	1.381	107.113	105.733	2.272	108.005
<b>Sub Total</b>	<b>105.733</b>	<b>1.381</b>	<b>107.113</b>	<b>105.733</b>	<b>2.272</b>	<b>108.005</b>
<b>TOTAL</b>	<b>3.851.074</b>	<b>536.836</b>	<b>4.387.910</b>	<b>3.855.240</b>	<b>472.697</b>	<b>4.327.937</b>

Un: Euros

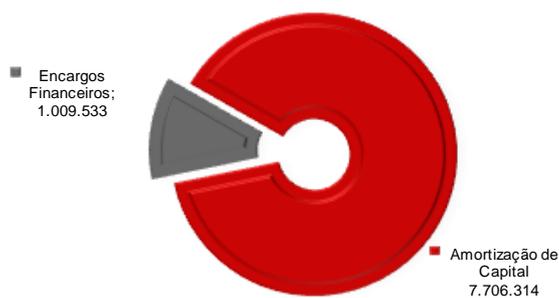
Permanecendo a estrutura do serviço de dívida similar à da gerência anterior, nomeadamente quanto à tipologia de amortizações, aliada ao facto de não ter sido contratado mais nenhum empréstimo, o peso do serviço de dívida dos empréstimos que relevam para efeitos da determinação dos limites de endividamento, continua a ser expressivo, apesar de reduzir ligeiramente.

O maior montante de encargos no valor de 1.585.431 € é originado pelo empréstimo bancário contratado com o Banco Santander Totta, logo seguido pelo empréstimo bancário adjudicado ao Banco Português de Investimento cujo valor remonta a 1.146.809 €.

Relativamente aos empréstimos que não relevam para efeitos da determinação dos limites de endividamento, reitera-se que o maior volume do serviço da dívida está indexado aos empréstimos realizados com a CGD ao abrigo das linhas de crédito bonificado PER 2.

## Gráfico 8

Previsão da Composição do Serviço de dívida  
Ano 2013



### COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA

Com o objetivo de obter uma visão mais pormenorizada da estrutura do endividamento municipal de médio e longo prazo, introduz-se o Quadro 17 com a síntese dos empréstimos existentes à data de 30 de Junho de 2013 e respetivos valores do capital em dívida, diferenciando-os em função da sua relevância para o cálculo da capacidade de endividamento e do seu grau de exigibilidade.

## Quadro 17

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO POR GRAU DE EXIGIBILIDADE				
	30-Jun-13		31-Dez-12	
	Valor	Peso	Valor	Peso
<b>EXIGIVEL A MÉDIO E LONGO PRAZO</b>	<b>32.821.632</b>	<b>79,98%</b>	<b>37.181.891</b>	<b>82,83%</b>
<b>Empréstimos Bancários de MLP</b>	<b>32.240.102</b>	<b>78,57%</b>	<b>36.494.629</b>	<b>81,30%</b>
<b>Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento</b>	<b>16.126.040</b>	<b>39,30%</b>	<b>19.781.666</b>	<b>44,07%</b>
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	6.734.280	16,41%	8.127.044	18,11%
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000	4.875.368	11,88%	5.883.677	13,11%
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 2.545.533	4.516.392	11,01%	5.770.945	12,86%
Banco Santander Totta	0	0,00%	752.732	1,68%
Estado	4.516.392	11,01%	5.018.213	11,18%
<b>Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento</b>	<b>16.114.062</b>	<b>39,27%</b>	<b>16.712.963</b>	<b>37,23%</b>
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	5.142.449	12,53%	5.295.123	11,80%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 com a C.G.D - no montante de 7.481.968,46€	3.029.290	7,38%	3.166.754	7,05%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C.G.D - até 21007.737,65	7.942.323	19,35%	8.251.086	18,38%
<b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo</b>	<b>581.530</b>	<b>1,42%</b>	<b>687.262</b>	<b>1,53%</b>
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	581530	1,42%	687.262	1,53%
<b>EXIGIVEL A CURTO PRAZO</b>	<b>8.214.577</b>	<b>20,02%</b>	<b>7.705.393</b>	<b>17,17%</b>
<b>Empréstimos de Médio e Longo Prazo</b>	<b>8.003.112</b>	<b>19,50%</b>	<b>7.493.927</b>	<b>16,69%</b>
<b>Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento</b>	<b>6.809.430</b>	<b>16,59%</b>	<b>6.307.608</b>	<b>14,05%</b>
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	2.785.527	6,79%	2.785.527	6,21%
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000	2.016.618	4,91%	2.016.618	4,49%
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 2.545.533	2.007.285	4,89%	1.505.464	3,35%
Banco Santander Totta	1.505.464	3,67%	1.505.464	3,35%
Estado	501.821	1,22%	0	0,00%
<b>Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento</b>	<b>1.193.683</b>	<b>2,91%</b>	<b>1.186.319</b>	<b>2,64%</b>
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	303.766	0,74%	300.642	0,67%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 com a C.G.D - no montante de 7.481.968,46€	274.114	0,67%	273.109	0,61%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C.G.D - até 21007.737,65	615.802	1,50%	612.568	1,36%
<b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo</b>	<b>211.465</b>	<b>0,52%</b>	<b>211.465</b>	<b>0,47%</b>
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	211465	0,52%	211465	0,47%
<b>TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO</b>	<b>41.036.209</b>	<b>100,00%</b>	<b>44.887.283</b>	<b>100,00%</b>

Un: Euros

Considerando o enquadramento legal existente em matéria de endividamento municipal, na sequência dos valores apurados, comprova-se que do total dos empréstimos médio e longo prazo contraídos, cerca de 42% estão excluídos para efeitos do cálculo do limite do endividamento líquido, sendo na sua maioria empréstimos contraídos no âmbito da construção da habitação social, ao abrigo do Programa Especial de Realojamento, com crédito bonificado para um período de 25 anos.

Por fim, apresenta-se um quadro com a previsão da composição desta tipologia de dívida no final da gestão de 2013.

### Quadro 18

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO NO FIM DA GERÊNCIA DE 2013		
	Valor	Peso
<b>Empréstimos de Médio e Longo Prazo</b>	<b>36.493.707</b>	<b>98%</b>
<b>Empréstimos que relevam para a capacidade de endividamento</b>	<b>19.781.666</b>	<b>53%</b>
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82	8.127.044	22%
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000	5.883.677	16%
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	<b>5.770.945</b>	<b>16%</b>
Banco Santander Totta	752.732	2%
Estado	5.018.213	13%
<b>Empréstimos que não relevam para a capacidade de endividamento</b>	<b>16.712.041</b>	<b>45%</b>
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BBVA - Complemento PER - no montante de 7.169.214,75	5.295.123	14%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 1 - com a C.G.D - no montante de 7.481.968,46€	3.166.447	9%
Empréstimo Bancário ao abrigo linha de crédito bonificado - PER 2 - com a C.G.D - até 21.007.737,65	8.250.471	22%
<b>Outras Dívidas de Médio e Longo Prazo</b>	<b>687.262</b>	<b>2%</b>
Fornecedores de Imobilizado de Médio e Longo Prazo	687.262	2%
<b>TOTAL DA DÍVIDA DE MÉDIO E LONGO PRAZO</b>	<b>37.180.969</b>	<b>100%</b>

Un: Euros

### DÍVIDA DE CURTO PRAZO

A componente do endividamento de curto prazo incorpora a dívida proveniente dos fornecedores c/c e de imobilizado, dos credores de transferências para as autarquias locais e credores por investimentos financeiros, e do Estado e Outros Credores, cuja evolução dos últimos anos se retrata no Quadro 19.

### Quadro 19

	EVOLUÇÃO DA DÍVIDA DE CURTO PRAZO									Variação	
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	Junho 2013	Peso	2012/2013	2006/2013
Fornecedores c/c	4.545.864	3.992.302	3.735.283	1.787.016	2.500.544	1.257.001	420.347	686.125	7,2%	265.778	-3.859.740
Fornecedores imobilizado	32.638.378	21.217.971	16.421.032	10.394.811	9.469.913	6.567.481	673.670	446.730	4,7%	-226.940	-32.191.647
Outros credores	3.014.168	7.619.284	6.481.868	5.437.788	4.715.244	5.356.005	8.509.256	8.443.190	88,2%	-66.066	5.429.022
Estado	10.570	13.913	14.195	0	12.684	0	0	15.074	0,2%	15.074	4.504
Credores de transferências das autarquias	2.448.805	6.178.668	5.848.082	4.937.938	4.406.201	4.678.269	3.467.979	3.380.971	35,3%	-87.007	932.166
Credores por Investimentos Financeiros	162.350	101.000	0	0	15.125	99.760	99.760	99.760	1,0%	0	-62.590
Credores Diversos	392.443	1.325.703	619.591	499.850	281.233	577.977	4.941.518	4.947.385	51,7%	5.867	4.554.942
<b>Total da Dívida de Curto Prazo</b>	<b>40.198.410</b>	<b>32.829.558</b>	<b>26.638.183</b>	<b>17.619.616</b>	<b>16.685.700</b>	<b>13.180.487</b>	<b>9.603.273</b>	<b>9.576.045</b>	<b>100,0%</b>	<b>-27.228</b>	<b>-30.622.365</b>
<b>Taxa de Crescimento da Dívida de Curto Prazo</b>	<b>-12,0%</b>	<b>-18,3%</b>	<b>-18,9%</b>	<b>-33,9%</b>	<b>-5,3%</b>	<b>-21,0%</b>	<b>-27,1%</b>	<b>-0,3%</b>		<b>-0,3%</b>	<b>-76,2%</b>
Fornecedores c/c	-17,8%	-12,2%	-6,4%	-52,2%	39,9%	-49,7%	-66,6%	63,2%		63,2%	-84,9%
Fornecedores imobilizado	-12,9%	-35,0%	-22,6%	-36,7%	-8,9%	-30,6%	-89,7%	-33,7%		-33,7%	-98,6%
Outros credores	12,8%	152,8%	-14,9%	-16,1%	-13,3%	13,6%	58,9%	-0,8%		-0,8%	180,1%

Un: Euros

## Gráfico 9



Da apreciação geral à evolução da dívida de curto prazo no período de 2006 a 2013 resulta evidente que a estratégia do município em matéria de controlo desta componente do endividamento, independentemente da natureza das suas rubricas, foi claramente eficaz, ao comportar uma redução na ordem dos (-) 76% (de 40.198.410 € para 9.576.045 €).

Em regra, quer quanto a fornecedores - conta corrente e imobilizado -, quer quanto a outros credores, mantém-se a tendência de diminuição dos níveis da dívida de curto prazo encetada desde 2006, sendo que, se os patamares anuais de redução aumentam de forma significativa até 2011, atingido que foi o seu máximo na gerência de 2009, desde então são menos expressivos, o que é de todo compreensível atendendo que os níveis da dívida inerente à atividade operacional do município, na componente fornecedores, se encontram estabilizados, já que na presente data o prazo médio de pagamento do município ronda os 30 dias.

Com efeito, é possível extrair na gerência em apreço conclusões similares às anteriormente referidas, dado que a dívida de curto prazo, no valor de 9.576.045 €, reduz residualmente face a 2012, em (-) 0,3%, como seria expectável, isto porque, isoladas que sejam as dívidas de *Outros Credores* que estão a ser dirimidas em sede judicial, a dívida de curto prazo ronda os 1.200.000 €. Ora, um valor com esta ordem de grandeza reflete a cadência mensal de faturação do município, permitindo a concretização de pagamentos dentro do prazo médio acima referido.

Anota-se ainda o impacto da diminuição das dívidas de Fornecedores de Imobilizado, no valor de (-) 226.940 €, (-) 33,7%, que é determinante para o comportamento decrescente da rubrica mãe, atento o apuramento nas restantes rubricas

Quanto ao agravamento da dívida de fornecedores conta corrente, no valor de 265.778 €, é justificado praticamente na sua totalidade pelo débito à empresa GERTAL no âmbito do fornecimento de refeições

escolares, cujo montante é de cerca de 263.500,00 €.

A existência do referido débito à data de 30 de junho de 2013 resulta da impossibilidade de o Município efetuar o pagamento ao respetivo fornecedor, considerando que o correspondente processo de contratação foi submetido a visto prévio do Tribunal de Contas, o que determina a não produção de efeitos financeiros até que haja decisão proferida por aquela Entidade. Atendendo que o Tribunal de Contas solicitou esclarecimentos por mais do que uma vez, o processo alongou-se mais do que o previsto, não tendo sido visado em tempo útil que permitisse o seu pagamento até ao final do primeiro semestre do corrente ano de 2013.

Note-se que a demais faturação por pagar à data de 30 de junho de 2013 foi emitida recentemente, estando uma grande parte ainda não conferida e, por maioria de razão, não vencida, pelo que, expurgado que seja o valor em débito à GERTAL, o valor da dívida de curto prazo regista uma exígua variação de (+) 2.278 €, ou seja, mantém-se praticamente constante.

A título de informação complementar, regista-se ainda que no final de agosto é já visível a recuperação desta parte da dívida, que ao posicionar-se em 417.502 €, evidencia uma redução de (-) 2,9%.

Em termos de preponderância de cada uma das rubricas no cômputo geral da dívida de curto prazo, o agregado de outros credores no valor total de 8.443.190 € assume-se como o mais relevante na gerência de 2013, com um peso de 88,2%. Sobre esta matéria reiteram-se as considerações de outros relatos, designadamente quanto às suas duas componentes mais influentes, Credores Diversos e Credores de Transferências das Autarquias, respetivamente.

Quanto aos Credores Diversos, a quase totalidade da dívida refere-se a uma conta de terceiros associada a um débito relacionado com um processo litigioso que se encontra a ser dirimido em tribunal, referente ao Parque Urbano de Avioso.

Já no que toca aos Credores de Transferências das Autarquias, o seu maior valor respeita a uma dívida de 3.171.289 €, de participações à LIPOR para investimento, a qual está a ser dirimida em sede de compromisso arbitral com a invocação que também são devidas taxas de construção ao município na sequência do licenciamento da estação de tratamento de resíduos Sólidos (LIPOR II) e do aterro sanitário de apoio àquela estação.

Note-se ainda que em relação ao investimento realizado pelo município no âmbito de projetos cofinanciados, o Estado apresenta uma dívida para com a Autarquia, que ultrapassa ligeiramente meio milhão de euros, cujos investimentos alvo de participação já foram totalmente pagos pelo município.

Em matéria de cumprimento do que está legalmente imposto quanto à redução dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, realça-se o facto de o Município se posicionar fora das entidades com pagamentos em atraso desde o ano passado, assim permanecendo neste exercício, cumprindo integral e pontualmente todas as suas obrigações.

Apraz de igual modo assinalar a melhoria significativa do prazo médio de pagamento do município, que à data de 30 de junho de 2013 ascende a 45 dias, como está bem patente no Gráfico 10, prazo que se repositiva em 30 dias, uma vez excluídas as dívidas que estão a ser dirimidas em sede judicial.

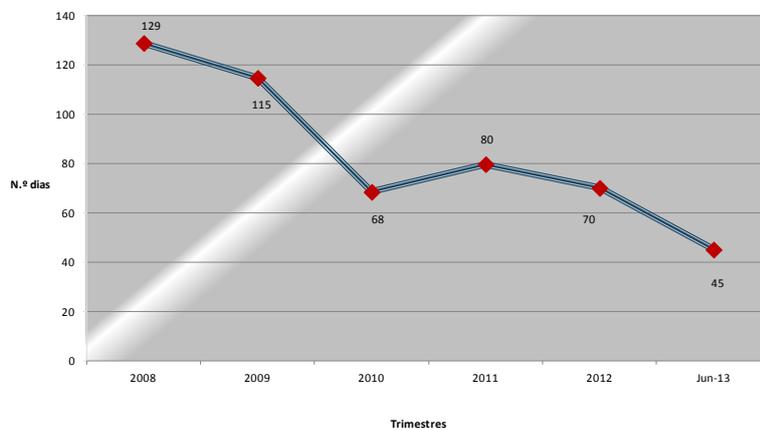
### Quadro 20

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO						
	2008	2009	2010	2011	2012	Jun-13
$PMP = \frac{\sum_{i=1}^n DF}{\sum_{i=1}^n A} \times 365$	129	115	68	80	70	45

(\*) Cálculo de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, excluindo Fornecedores de Imobilizado de MLP

### Gráfico 10

Evolução do Prazo Médio Pagamento



Em jeito de conclusão afirma-se com manifesta satisfação, e os números comprovam-no, que o peso da dívida de curto prazo na estrutura do endividamento municipal tem vindo a diminuir de forma acentuada, com o contributo da generalidade das suas componentes.

## ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO

### ENDIVIDAMENTO – Lato Sensu

No capítulo que se ocupa a Lei das Finanças, em matéria de endividamento autárquico relevam-se um conjunto de medidas conducentes ao controlo do endividamento municipal, nomeadamente a existência de um conceito de endividamento municipal que incorpora no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico legalmente aplicável, os serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação, bem como a imposição de dois limites ao endividamento municipal.

Por um lado, impondo um limite de endividamento de líquido, correspondente ao stock de 125% de um conjunto de recursos próprios (receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF e da participação no IRS, da derrama e das participações do sector empresarial local), e por outro lado, em simultâneo, limitando a contração de empréstimos a 100% do valor daqueles recursos.

Paralelamente, com o objetivo de assegurar a coordenação efetiva entre as finanças do Estado e as finanças das Autarquias Locais, prevê ainda o n.º 3 do seu artigo 5.º que a Lei do Orçamento de Estado pode definir limites máximos ao endividamento municipal diferentes.

Impõe-se, assim, no âmbito da apreciação formalizada, contextualizar o efeito das sucessivas alterações ao conceito do endividamento municipal previsto na Lei das Finanças Locais, que têm vindo a ser contempladas em sede de Lei de Orçamento do Estado (LOE), pois só deste modo é possível proceder a uma análise comparativa que se pretenda séria e consistente, pelo que se reitera a necessidade de se proceder com grande prudência a qualquer avaliação comparativa.

Considerando as imposições da LOE para 2013 (Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro), mantém-se, deste modo, para a gerência em apreço, a alteração dos limites previstos na Lei das Finanças Locais, determinando, mais uma vez, valores muito inferiores aos limites que a redação inicial desta impunha, ao estipular no seu artigo 98º que:

- O limite de endividamento líquido de cada município para 2013, terá de assegurar uma variação global nula do endividamento líquido no seu conjunto.
- Quanto ao limite de endividamento bancário de médio e longo para 2013, é imposto que a celebração de novos contratos de empréstimo de médio e longo prazos é limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2011 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município, assegurado que seja o cumprimento do limite de endividamento líquido.

Neste domínio acresce ainda que, em sede da atividade empresarial local, em 31 de agosto de 2012 foi aprovado o novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, a Lei n.º 50/2012, revogando-se as Leis n.os 53-F/2006, de 29 de dezembro, e 55/2011, de 15 de novembro, que determina expressivas alterações no âmbito do enquadramento legal das entidades constituídas e participadas por capitais municipais.

Ou seja, o regime jurídico do setor empresarial autárquico e suas subseqüentes modificações têm vindo a impor e a reforçar a ideia que em regra as entidades constituídas e participadas pelo município relevem para efeitos de endividamento municipal, cumpridos que sejam determinados requisitos.

Por isso mesmo, alterações neste normativo legal podem, como aconteceu neste caso, ter influência no apuramento dos valores do endividamento municipal, uma vez que, se outrora determinadas entidades não eram relevantes para esse efeito, o novo imperativo legal parece indiciar que sejam incluídas no perímetro das entidades a considerar no apuramento deste conceito de endividamento.

Pelas razões expostas, reitera-se que qualquer análise comparativa deve ser realizada com enorme prudência.

### LIMITES LEGAIS DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

Face ao enquadramento legal, apresenta-se uma apreciação ao endividamento municipal no primeiro semestre de 2013, inserindo-se para esse efeito um mapa ilustrativo do cálculo dos três limites de endividamento fixados na Lei das Finanças Locais, a que se acrescem os limites de endividamento introduzidos em sede da LOE 2013 para a gerência em análise, ainda mais restritivos: Endividamento Líquido e o de Celebração de Novos Empréstimos de Médio e Longo Prazo.

**Quadro 21**

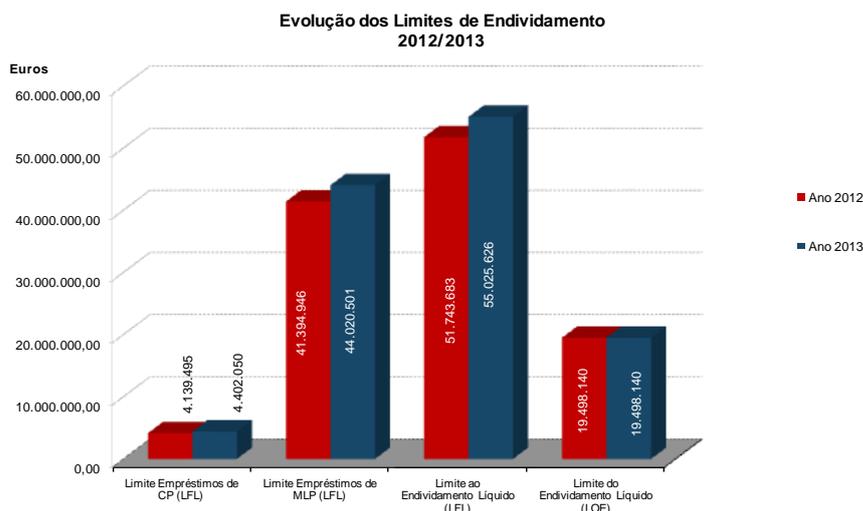
CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL			
ANO 2013			
Designação	Montante (Euros)	Observações	
<b>LIMITES IMPOSTOS NA VERSÃO ORIGINAL DA LFL</b>			
<b>Receitas a considerar para efeitos de cálculo dos limites do endividamento</b>			
(1) IMI 2012	20.945.767		
(2) IMT 2012	4.557.612		
(3) IUC 2012	2.722.852		
(4) CA 2012	17.492		Receitas Cobradas Líquidas constantes no Mapa de Controlo Orçamental da Receita de 2012
(5) SISA 2012	17.716		
(6) Derrama 2012	5.604.062		
(7) SEL 2012	0		
(8) FEF+IRS OE 2013	10.154.999		
<b>(9) Total de receitas a considerar</b>	<b>44.020.501</b>	<b>(9)=somatório de (1) a (8)</b>	
<b>(10) Limite aos Empréstimos de Curto Prazo</b>	<b>4.402.050</b>	<b>(10)=10%x(9)</b>	
<b>(11) Limite aos Empréstimos de Médio e Longo Prazo</b>	<b>44.020.501</b>	<b>(11)=100% x (9)</b>	
<b>(12) Limite ao Endividamento Líquido (LFL)</b>	<b>55.025.626</b>	<b>(12)=125%x(9)</b>	
<b>LIMITES ADICIONAIS IMPOSTOS PELA LOE</b>			
<b>(13) n.º 1 do Artigo 98.º LOE2013 - LIMITE ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO</b>	<b>19.498.140</b>	<b>(Referencia a 31 de Dezembro de 2011)(*)</b>	
<b>(14) n.º 3 do Artigo 98.º LOE2013 "a celebração de novos contratos de empréstimo de médio e longo prazos é limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2011 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município"</b>	<b>1.369.889</b>	<b>publicitado pela DGAL</b>	

Un: Euros

Os limites máximos acima identificados nos pontos (10), (11) e (12) foram calculados com base nas receitas discriminadas nos termos do disposto na Lei das Finanças Locais (LFL) e conforme norma interpretativa da Direção Geral das Autarquias Locais, sendo evidente e notória a redução significativa do

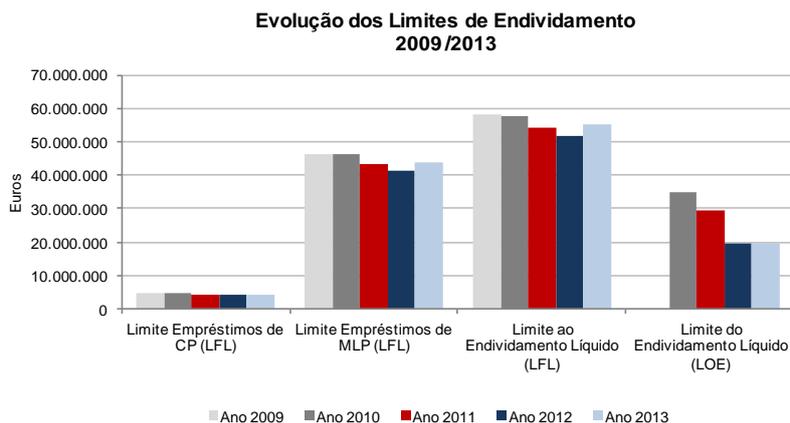
limite de endividamento líquido para a gerência em análise em consequência das alterações introduzidas pela LOE 2013, que o posiciona em menos de metade daquele que decorre da versão singela da LFL.

**Gráfico 11**



O Gráfico 12 espelha bem a tendência fortemente restritiva imposta pela LOE desde 2009 em termos da evolução dos limites ao endividamento líquido, sendo notória a diferença na sua cadência comparando com a que resultaria do espírito da Lei das Finanças Locais.

**Gráfico 12**



### **ENTIDADES RELEVANTES PARA OS LIMITES LEGAIS**

Em observância com o enquadramento do endividamento na atual Lei da Finanças Locais, e consagrado que se encontra o conceito do endividamento líquido municipal que incorpora no município os efeitos do endividamento das entidades que constituem o sector empresarial local (SEL), em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no seu regime jurídico (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto de 2012, que revogou as Leis n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, e 55/2011, de 15 de novembro) os serviços municipalizados e as associações de municípios, na proporção da sua participação, importa desde logo identificar as entidades relevantes para os limites legais estabelecidos.

Note-se porém que, face à recente alteração do regime jurídico da atividade empresarial, permanecem dúvidas quanto à sua aplicabilidade, em termos de contributo para o endividamento municipal, às associações (excluindo as de municípios), cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa, participadas pelo município.

Com efeito, esta lei aplica-se:

- À atividade empresarial local, onde se incluem os serviços municipalizados ou intermunicipalizados e as empresas locais, (Capítulo II e III);
- Às sociedades comerciais com participação social detida pelos municípios, associações de municípios e áreas metropolitanas (Capítulo IV);
- Às associações, cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa participadas pelos municípios, pelas associações de municípios e pelas áreas metropolitanas (Capítulo V).

Por sua vez, a Lei das Finanças Locais (LFL), estabelece o conceito de endividamento líquido municipal incluindo no seu cálculo (n.º 2 artigo 36º LFL):

- O endividamento líquido e os empréstimos das associações de municípios, proporcional à participação do município no seu capital social;
- O endividamento líquido e os empréstimos das entidades que integram o setor empresarial local e das entidades a que se refere o n.º 4 do artigo 31.º do Regime Jurídico do Setor Empresarial Local (RJSEL), proporcional à participação do município no seu capital social em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no RJSEL;
- As entidades previstas no referido n.º 4 do artigo 31.º do RJSEL (revogado) são as sociedades comerciais nas quais o município detém direta ou indiretamente uma participação social, à exceção das empresas que nos termos do artigo 6.º do Decreto-Lei 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007 de 23 de agosto, não estão integradas no setor empresarial local;
- Estabelece o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 300/2007 de 23 de agosto que uma empresa participada por diversas entidades públicas integra-se no sector empresarial da entidade que, no conjunto das participações do sector público, seja titular da maior participação relativa.

No contexto da LFL, verifica-se assim que as associações (excluindo as de municípios), cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa participadas pelo município não se encontram contempladas para efeitos de cálculo de endividamento municipal.

Todavia, por força da entrada em vigor do novo regime jurídico da atividade empresarial e das participações locais, e considerando o disposto no n.º 3 do seu artigo 56.º que remete, com as devidas adaptações, para os artigos 53.º a 55.º, que por sua vez, no n.º 4 do artigo 55º, remete para o artigo 41.º, bem como o disposto na Lei das Finanças Locais, sobrevêm dúvidas sobre se devem ou não ser incluídas no cálculo do endividamento municipal as associações, cooperativas, fundações ou quaisquer outras entidades de natureza privada ou cooperativa, participadas pelo município. Dúvidas essas que foram oportunamente participadas à DGAL pelo Município da Maia, sem que tenha sido obtido qualquer pronunciamento técnico sobre o assunto.

Na ausência de resposta por parte da DGAL ao pedido de esclarecimentos solicitado pelo Município, e em conformidade com os princípios contabilísticos aplicáveis, incluem-se no perímetro das entidades que relevam para efeitos do apuramento do endividamento as referidas participações, o que não obsta que sendo perfilhado entendimento contrário se proceda ao respetivo reajustamento.

Pese embora a decisão, não foi possível avaliar o contributo da generalidade daquelas entidades participadas, dada a ausência de reporte de informação, não obstante os reiterados pedidos formulados pelo Município nesse sentido. No entanto, note-se que a fundação em que o município detém influência dominante - Fundação do Conservatório de Música -, reportou a necessária informação.

Em tal conformidade, regista-se que o cumprimento da regra do equilíbrio pode ser aferida numa ótica anual ou plurianual, sendo necessário neste último caso a apresentação de um plano previsional à Inspeção Geral de Finanças, o que não se verificou relativamente a qualquer das entidades participadas pelo município, anotando-se que no caso de ser cumprida tal regra o contributo para o endividamento municipal das entidades participadas que constituem o sector empresarial local (SEL) é nulo.

Inserire-se quadro discriminador das entidades participadas pelo Município da Maia, parcelas detidas e resultados do semestre findo.

## Quadro 22

### ENTIDADES PARTICIPADAS

Ponto 8.2.16. do POCAL

Entidades Societárias Participadas							
1.º Semestre 2013							
Designação	Sede	Parcela Detida (1)		Resultados do Último Exercício			
		Valor	%	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Exerc.	Obs
Empresa Metropolitana de Estacionamento da Maia, E.E.M.	Praça do Doutor José Vieira de Carvalho Torre Municipal, 14.º Piso 4474-006 Maia	124.699,47	100%	307.390	20.726	30-Jun-13	-
Academia das Artes da Maia - Produções Culturais, E.E.M. (4)	Fórum da Maia Núcleo Central do Concelho - Rua Engenheiro Duarte Pacheco 4474-006 Maia	49.879,78	100%	82.834	160.913	30-Jun-13	Entidade que se encontra em processo de dissolução
Maiambiente - Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M.	Rua 5 de Outubro, 359 Milheirós 4475-302 Maia	1.496.393,69	100%	2.788.019	91.588	30-Jun-13	-
Espaço Municipal - Renovação Urbana Gestão do Património, E.E.M.	Rua Dr.º Carlos Felgueiras, 1814470-157 Maia	12.811.337,98	100%	8.016.495	874	30-Jun-13	-
Águas do Douro e Paiva, S.A. (2)	Rua de Vilar, n.º 235 - 5.º Apartado 5545 4050-626 Porto	566.805,00	2,71%	28.042.476	1008.330	30-Jun-13	-
Águas do Noroeste, S.A. (2)	Lugar de Gaido, Barcelos, 4755-045 Areias de Vilar	1.380.000,00	2,17%	54.655.557	-382.406	30-Jun-13	-
Macma - Matadouro Agrícola e Comercial da Maia, Ld.ª (3)	Rua 5 de Outubro 4475-302 Milheirós Maia	49.639,36	100%	-18.1807	-8.714	2009	Entidade que se encontra em processo de insolvência
Municipia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	Av. Prof. Dr.º Cavaco Silva, Edifício Ciência II, n.º 11, 3.º B, Taguspark 2740-120 Porto Salvo	150.199,00	4,64%	3.174.553	-575.788	30-Jun-13	-
Net - Novas Empresas e Tecnologias, S.A.	Rua de Salazares, 842 4149-002 Porto	2.500,00	0,22%	854.779	-50.358	30-Jun-13	-
Tecmaia - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia, S.A.	Rua Eng.º Frederico Ulrich, 2650 4470-605 Moreira da Maia	2.799.390,00	5%	973.214	-678.741	30-Jun-13	-
Portgás - Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A. (2)	Rua Linhas de Torres, 41 4350-214 Porto	18.981,96	0,24%	162.790.521	9.759.050	30-Jun-13	-
Primus - Promoção e Desenvolvimento Regional, EMT, S.A.	Avenida dos Aliados, n.º 236 - 4º Esq. 4000-065 Porto	499,00	0,06%	104.953	-111.721	30-Jun-13	-
Metro do Porto, S.A. (2)	Av. Fernão de Magalhães, 1862 - 7.º 4350-158 Porto	5,00	0,0001%	-1.736.501.349	8.124.013	30-Jun-13	-
Hospital do Lídador S.A.	Sede Santa Casa Misericórdia Maia, Avenida Visconde Barreiros s/n	5.000,00	10%	50.000	-	2009	-

Un.: Euros

(1) Valor de Aquisição da Parcela detida.

(2) Empresas que nos termos da legislação em vigor presentemente não estão integradas no Sector Empresarial Local.

(3) Apesar da sociedade se encontrar num processo de insolvência, em que foi declarada fortuita, o que significa que se entendeu que não há responsabilidade na produção do evento que deu origem ao seu estado insolvente, permanece registada patrimonialmente na classe 4, uma vez que não está integralmente concluído o seu processo judicial de insolvência e a sua conseqüente extinção, que legitima tal atualização em termos de registo comercial.

(4) Foi encetado o processo de dissolução, a par da internalização dos serviços que constituíam o seu objeto contratual, em conformidade com a deliberação dos órgãos executivo e deliberativo em reuniões realizadas em 10 e 26 de dezembro de 2012 respetivamente.

### Quadro 23

OUTRAS PARTICIPAÇÕES (Capítulo V Lei 50/2012 de 31 Agosto)	
ANO DE 2013	
Identificação	Forma jurídica
Associação Nacional de Municípios	Associação de direito privado
Maialnova - Associação para o Desenvolvimento do Concelho da Maia	Associação de direito privado sem fins lucrativos
Associação "AdePorto" - Agência de Energia do Porto	Associação de direito privado sem fins lucrativos
Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto	Associação sem fins lucrativos com utilidade pública
Fundação do Conservatório de Música da Maia	Fundação direito privado sem fins lucrativos
Fundação da Juventude	Fundação direito privado sem fins lucrativos e de utilidade pública
Fundação do Desporto	Fundação direito privado sem fins lucrativos e de utilidade pública

Na generalidade das entidades participadas pelo município supra identificadas, para além dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, da Lipor e da Área Metropolitana, de acordo com este conceito, no final do semestre eram suscetíveis de relevar para efeitos de limites do endividamento do município, mais dezassete entidades:

- Dez empresas de natureza empresarial;
- Outras entidades (sete), em que o município detém "Outras participações" nos termos previstos da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Porquanto o endividamento das entidades de natureza empresarial participadas, bem como as outras entidades em que o município detém "Outras Participações", apenas relevam para efeitos dos respetivos limites caso não apresentem resultados anuais equilibrados, cujo enquadramento legal define como sendo o caso dos resultados líquidos antes de impostos se apresentarem negativos, da apreciação das suas contas anuais, e aplicando a dita regra do equilíbrio anual, conclui-se que violam esta regra as entidades a seguir mencionadas

Em relação à empresa municipal Academia das Artes, cujo processo de dissolução, a par da internalização dos serviços que constituíam o seu objeto contratual, foi aprovado pelos órgãos executivo e deliberativo em 10 e 26 de Dezembro respetivamente, assinala-se que ainda permanece registada patrimonialmente a sua participação, uma vez que não está integralmente concluído este processo de dissolução e a sua conseqüente extinção, de forma a legitimar tal atualização em termos de registo comercial.

## Quadro 24

ENTIDADES QUE VIOLAM A REGRA DE EQUILIBRIO ANUAL	
ANO DE 2013	
Identificação	%
<b>Natureza Empresarial</b>	
Tecmaia	51,00%
Municipia*	4,64%
Net	0,23%
Primus*	0,06%
Hospital Lidador	10,00%
<b>Outras Participações em Entidades **</b>	
Fundação de Conservatório de Música da Maia	100,00%

Un: %

\* Entidade que passou a estar em desequilíbrio no 2.º trimestre de 2013. Por precaução vai ser considerado o seu endividamento.

\*\* Quanto às demais entidades desta natureza regista-se que não foi possível avaliar o cumprimento desta regra por ausência de reporte de informação

## LIMITE À CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS

### LIMITE DOS EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO

Nos termos das disposições legais constantes na atual Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro), os municípios podem recorrer a empréstimos de curto prazo apenas para ocorrer a dificuldades momentâneas de tesouraria, até um montante máximo determinado nos termos do n.º 1 do seu artigo 39.º, devendo ser amortizadas num prazo máximo de um ano após a sua contratação, sob pena de serem considerados para efeitos do cálculo dos limites dos empréstimos de médio e longo.

O montante máximo atrás referido para a gerência em curso de 2013, cujo cálculo se encontra espelhado no quadro inserido, fixou-se em 4.402.050 €, anotando-se que durante o corrente exercício económico o município não recorreu à contratação de nenhum empréstimo desta natureza e que, em conjunto com as restantes entidades relevantes, no final deste semestre cumpria o limite legal de endividamento de empréstimos de curto prazo.

Quanto ao montante de empréstimos desta natureza que não foi amortizado até ao final de junho, anota-se a contribuição das seguintes entidades de natureza empresarial participadas pelo município, para efeitos do cálculo do endividamento bancário de médio e longo prazo, como se justifica.

## Quadro 25

ENTIDADES DE NATUREZA EMPRESARIAL QUE VIOLAM A REGRA DE EQUILIBRIO ANUAL	
ANO DE 2013	
Empréstimos de Curto Prazo não amortizados até 30 de Junho	
Identificação	Valor Imputável
Tecmaia (51%)	117.449
Municipia*	12.250
Net	407

Un: Euros

## LIMITE DOS EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Em matéria de stock da dívida de empréstimos de médio e longo, a lei das finanças locais igualmente contempla a possibilidade dos municípios recorrerem a esta tipologia de crédito bancário para a concretização das suas múltiplas necessidades de investimento, ou ainda para proceder ao saneamento ou reequilíbrio financeiro das suas contas, até um determinado limite.

Atendendo à estrutura de receitas que releva para efeitos de cálculo deste limite, que se encontra espelhado em quadro próprio e que é um denominador comum de qualquer um dos limites, fruto da imposição dos 125% daquele valor, estipula-se como limite municipal do crédito bancário de MLP para o exercício de 2013 a quantia de 44.020.501 €.

Note-se porém, como já foi referido, que por força das alterações introduzidas em sede de LOE para 2013, designadamente o n.º 3 do seu artigo 98.º, para o ano em apreço a “celebração de novos contratos de empréstimo de médio e longo prazos é limitada ao valor resultante do rateio do montante global das amortizações efetuadas pelos municípios no ano de 2011 proporcional à capacidade de endividamento disponível para cada município”, sem prejuízo do disposto no artigo 39.º da Lei das Finanças Locais, com as sucessivas alterações introduzidas em sede de LOE.

Em resultado do valor do rateio, e uma vez que o município já dispõe de capacidade de endividamento de médio e longo prazo, foi-lhe comunicado como limite desta natureza o montante 1.369.889 €.

Anote-se, contudo, que tal possibilidade de contratualização é *per si* muito restritiva, dado que esta operação de crédito só pode ocorrer se não originar um aumento do endividamento líquido do município, cujo limite para o exercício de 2013 se mantém em 19.498.140 €, valor idêntico ao apurado em 31/12/2011.

Para efeitos do cálculo do endividamento bancário de médio e longo prazo, uma vez que são de considerar todos os montantes contraídos, incluindo aberturas de crédito e os dos empréstimos obrigacionistas, se for caso disso, bem como os dos empréstimos e de aberturas de crédito de curto prazo no montante não amortizado até 31 de Dezembro do ano em causa (n.º 4 do artigo 39.º da LFL), estão aqui contemplados os mencionados no ponto anterior.

No âmbito do regime excecionado, e de acordo com a metodologia adotada pela Direção Geral das Autarquias Locais, foram excluídos os seguintes débitos:

- No caso do município foi excluído o montante em dívida dos empréstimos contratados no âmbito do Programa Especial de Realojamento, no valor dos 17.307.744 €;
- No caso da LIPOR todos os empréstimos de médio e longo prazo contraídos por se destinarem ao financiamento de projetos cofinanciados excecionados na parte proporcional à participação da autarquia, no valor de 9.255.740 €.

Posto isto, em resultado da apreciação das contas de todas as entidades participadas pelo município, e aplicando a regra do equilíbrio anual, insere-se um quadro ilustrativo da contribuição individual de cada uma das entidades que apresentam desequilíbrio de contas para o nível do endividamento bancário de MLP, bem como as respetivas contribuições dos Serviços Municipalizados e Associações de Municípios que no presente exercícios são nulas.

## Quadro 26

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO FACE AO LIMITE DE EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO	
ANO 2013	
Identificação	Capital em Dívida a 30/06/2013
<b>Empréstimos de MLP que relevam para o limite (1)</b>	<b>31.241.421</b>
<b>CÂMARA MUNICIPAL</b>	
Empréstimo Bancário de M.L.P com o BTA no montante de 29.927.873,82 €	9.519.807
Empréstimo Bancário de M.L.P com BPI no montante de 20.000.000 €	6.891.986
Empréstimo Bancário de M.L.P ao abrigo do PREDE - 12.545.533	6.523.677
Banco Santander Totta	1.505.464
Estado	5.018.213
<b>SMAS</b>	0
<b>SECTOR EMPRESARIAL LOCAL - Empresas Municipais</b>	
Tecmaia	8.305.951
<b>SECTOR EMPRESARIAL LOCAL - Sociedades Comerciais</b>	
Municipia*	0
Net	0
Primus*	0
Hospital Lidador	0
<b>ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS</b>	
LIPOR	0
AMP	0
<b>Empréstimos de Curto Prazo não amortizados até 30 Junho de 2013 que relevam para o limite dos Empréstimos de MLP (2)</b>	<b>130.105</b>
<b>CÂMARA MUNICIPAL</b>	
<b>SMAS</b>	0
<b>SECTOR EMPRESARIAL LOCAL - Empresas Municipais</b>	
Tecmaia	117.449
<b>SECTOR EMPRESARIAL LOCAL - Sociedades Comerciais</b>	
Municipia*	12.250
Net	407
Primus*	0
Hospital Lidador	0
<b>ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS</b>	
LIPOR	0
GAMP	0
<b>TOTAL DE EMPRÉSTIMOS DE MLP QUE RELEVAM PARA O LIMITE A 30/06/2013 (3)=(1)+(2)</b>	<b>31.371.526</b>
<b>LIMITE LEGAL DOS EMPRÉSTIMOS DE MLP À DATA DE 01/01/2013 - LFL (4)</b>	<b>44.020.501</b>
<b>CAPACIDADE LÍQUIDA DE CONTRAIR EMPRÉSTIMOS DE MLP = (4)-(3)</b>	<b>-12.648.975</b>
Taxa de utilização do limite de empréstimos de MLP	71%
Un: Euros	
<b>VALOR DO RATEIO - LIMITE IMPOSTO PELA LOE</b>	<b>1.369.889,00</b>

Posto isto, para um limite de endividamento de médio e longo prazo de 44.020.501 € o município apresenta um endividamento de 31.371.526 €, permanecendo abaixo do limite legalmente imposto, apesar do contributo negativo do sector empresarial local e das fortes restrições da LOE, consolidando

assim a inversão da tendência registada em 2011.

Na inexistência desta limitação de celebração de novos contratos ao valor do rateio, imposta por força da consolidação orçamental das finanças públicas, o município ao ter uma taxa de utilização de cerca de 71% da sua capacidade de endividamento, estaria ainda habilitado a contrair empréstimos de médio e longo prazo no valor de 12.648.975 €.

Com igual influência de anteriores gerências, o maior impacto na redução do endividamento de médio e longo prazo decorre das amortizações realizadas por conta dos empréstimos bancários contratualizados pela Câmara Municipal da Maia, sendo os demais contributos provenientes das empresas TECMAIA e da NET, pouco expressivos.

Do agregado das sociedades de natureza empresarial que tem impacto no endividamento municipal, continua a sobressair, em resultado da sua materialidade, a contribuição negativa proveniente da empresa TECMAIA, ao influenciar o endividamento bancário de médio e longo prazo do município no montante de 8.423.399 €, não obstante a ligeira redução apresentada.

No Gráfico 13 é facilmente visível o comportamento do município em matéria de endividamento bancário de médio e longo prazo à data, assim como do peso de cada uma das entidades participadas neste tipo de endividamento.

**Gráfico 13**

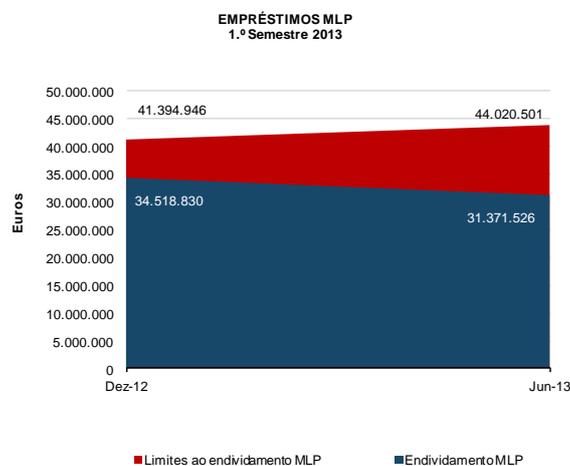
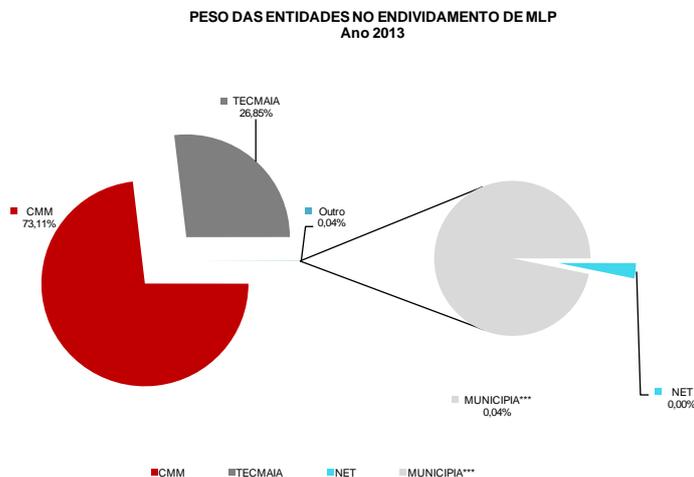


Gráfico 14



#### **LIMITE AO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO MUNICIPAL**

A avaliação do endividamento líquido municipal seguidamente desenvolvida atende à informação contida no balanço, englobando por isso, quer as operações orçamentais quer as não orçamentais, ao contrário da avaliação desenvolvida no capítulo da dívida de curto prazo, considerando que o conceito de endividamento líquido municipal legalmente definido é compatível com o Sistema Europeu de Contas Regionais e Locais de 1995 (SEC). Pretende-se assim determinar a diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria, os créditos sobre terceiros e os investimentos financeiros.

Tendo em vista o necessário enquadramento do município quanto a esta matéria, em resultado da apreciação das contas das entidades de natureza empresarial, e aplicando a dita regra do equilíbrio anual, reproduz-se em quadro próprio a contribuição individual de cada uma para o nível do endividamento líquido à data de 30 de Junho de 2013, bem como as contribuições dos Serviços Municipalizados e Associações de Municípios.

## Quadro 27

<b>CONTRIBUIÇÃO PARA O ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO</b>	
<b>1.º Semestre de 2013</b>	
<b>Identificação</b>	<b>Impacto</b>
<b>Entidades de Natureza Empresarial que violam a regra de equilíbrio (1)</b>	<b>10.395.477</b>
Tecmaia (5%)	10.273.686
Municipia*	0
Net	0
Primus*	0
Hospital Lidador	121.791
<b>Serviços Municipalizados (2)</b>	<b>-7.852.319</b>
<b>Lipor (3)</b>	<b>746.225</b>
<b>Área Metropolitana Porto (4)</b>	<b>-559.960</b>
<b>Outras Participações em Entidades</b>	
<b>Fundação do Conservatório de Música (5)</b>	<b>85.986</b>
<b>Câmara Municipal (6)</b>	<b>2.756.026</b>
<b>Créditos sobre o SEL que não viola a regra do equilíbrio (7)</b>	<b>2.696.873</b>
<b>TOTAL DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO = (1) a (7)</b>	<b>8.268.308</b>
<b>LIMITE LEGAL DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO - APURAMENTO 31/12/2011</b>	<b>19.498.140</b>
<b>POSICIONAMENTO FACE AO LIMITE</b>	<b>-11.229.832</b>

Un: Euros

Reitera-se a informação constante em relatos anteriores quanto ao posicionamento da Municipia e Net, a que agora acresce a PRIMUS, nomeadamente que, apesar de evidenciarem contas desequilibradas, apresentam mais ativos financeiros do que passivos financeiros relevantes para o endividamento líquido, o que determina um endividamento líquido negativo, que todavia, por força das disposições legais constantes da LOE, não converge para o apuramento do endividamento líquido municipal. Tal disposição não é contudo aplicável em matéria de empréstimos de médio e longo prazo.

Em termos de impacto no endividamento líquido, das sociedades de natureza empresarial que violam a regra de equilíbrio de contas, continua a destacar-se pela sua materialidade a contribuição negativa da empresa TECMAIA, de 10.273.686 €, do qual decorre um agravamento do seu contributo em relação a 2012.

Com a mesma tendência, a participar negativamente para este grau de endividamento, sobressai ainda a LIPOR com 746.225 €, apesar de ser bastante inferior à da gerência transata.

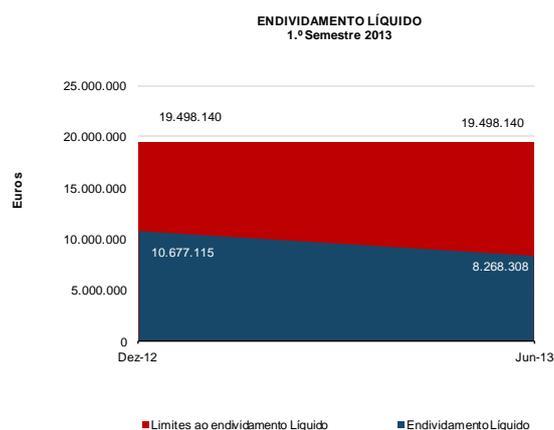
Com comportamento inverso, ou seja, a contribuir positivamente para este limite, surgem os Serviços Municipalizados e a Área Metropolitana do Porto (AMP) com 7.852.319 € e 559.960 €, respetivamente, refletindo uma melhoria no seu posicionamento do endividamento líquido.

Em matéria de regime excecionado, quanto ao endividamento líquido municipal foi ainda excluído o valor de 19.551.082 € em dívida à EDP espelhado no balanço dos SMAS

Alude-se também ao contributo adveniente dos créditos do município sobre as entidades participadas, onde se destacam os existentes sobre a Lipor e a Espaço Municipal, assim como eventuais desacertos resultantes da circularização das contas correntes, valores meramente residuais.

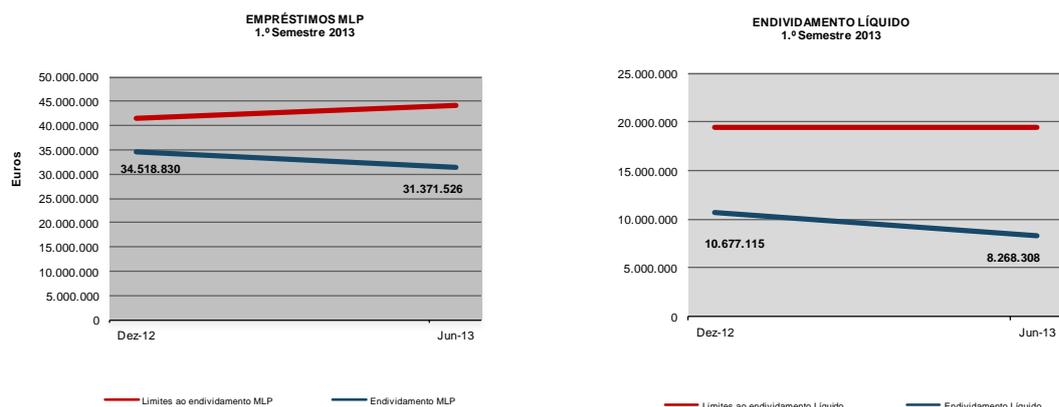
A leitura dos dados apresentados, cuja informação se encontra sistematizada no quadro introduzido na parte final deste capítulo Quadro 28, permite concluir que, em conformidade com a aplicação das regras existentes e apesar do impacto negativo do sector empresarial local e das restrições impostas pela LOE, para um limite de endividamento líquido de 19.498.140 € o município apresenta 8.268.308 € no final deste primeiro semestre de 2013, posicionando-se, mesmo assim, muito abaixo do limite legalmente imposto, como bem ilustra o gráfico seguinte.

**Gráfico 15**



Por último, insere-se um mapa resumo representativo do posicionamento do município em matéria de endividamento à data de 30 de Junho de 2013, onde se sistematiza a informação relativa ao endividamento líquido e ao endividamento do médio e longo prazo de todas as entidades relevantes para os limites legais, bem como a respetiva ilustração gráfica desse posicionamento.

**Gráfico 16**



Em síntese, os resultados obtidos permitem concluir que também neste âmbito permanece a tendência de redução dos níveis de endividamento municipal, líquido e de médio e longo prazo, comprovando-se que a ação do município tem sido inequivocamente profícua em termos de consolidação do seu deficit público.

## Quadro 28

SITUAÇÃO DO MUNICÍPIO FACE AOS LIMITES DO ENDIVIDAMENTO MUNICIPAL

1.º Semestre de 2013

SECTOR EMPRESARIAL LOCAL

	CMM	SMAS	EMEM - ESTACIONA	ACADEMIA ARTES	MAIA AMBIENTE	ESPAÇO MUNICIPAL	TECMAIA, SA	MUNICIPIA	NET	PRIMUS	PORTGÁS	HOSPITAL LIDADOR ***	LIPOR	AMP	FUNDAÇÃO CONS. MUSICA	TOTAL
<b>Total do endividamento</b>																
(1) Endividamento Líquido*	71758.387	27.310.011	0	0	0	0	11306.065	0	0	0	0	21792	16.023.035	-559.960	85.986	126.045.316
(2) Empréstimos de MLP*	40.243.214	0	0	0	0	0	8.423.399	12.250	407	0	0	0	9.255.740	0	0	57.935.010
<b>Excepções ao endividamento **</b>	<b>69.002.361</b>	<b>35.162.330</b>	<b>0</b>	<b>-224.122</b>	<b>-24.973</b>	<b>-2.286.415</b>	<b>1.032.379</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>-16.136,4</b>	<b>1</b>	<b>15.276.811</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>117.777.008</b>
(3) Subsídios ao Investimento	51694.617	15.611.248	0	0	0	0	1030.978	0	0	0	0	1	8.979.069	0	0	77.315.912
(4) Desacertos Creditos s/ SEL/Creditos S/CMM	0	0	-0,14	-224.122	-24.973	-2.286.415	1402	0	0	0	-161364	0	-2.957.998	0	0	-5.653.470
(5) Dividas à EDP	0	19.551.082	0	,	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	19.551.082
(6) Empréstimos de MLP*excepcionados	17.307.744	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9.255.740	0	0	26.563.484
<b>Endividamento a considerar</b>																
(7) Endividamento Líquido = (1)-(3)-(4)-(5)	2.756.026	-7.852.319	0,14	224.122	24.973	2.286.415	10.273.686	0	0	0	161.364	121.791	746.225	-559.960	85.986	8.268.308
(8) Empréstimos de MLP = (2)-(6)	22.935.470	0	0	0	0	0	8.423.399	12.250	407	0	0	0	0	0	0	31.371.526

Verificação do cumprimento dos limites a 2013/06/30

0

Limites

(9) Limite do Endividamento Líquido - Art.º 98º LOE2013																	19.498.139,91	19.498.140
(10) Empréstimos de MLP								100,00%									44.020.500,63	44.020.501

Montante em excesso

Endividamento Líquido = (7)-(9)																			-11.229.832
Taxa de utilização de EL																			42%
Empréstimos de MLP = (8)-(10)																			-12.648.975
Taxa de utilização de EMLP																			71%
Empréstimos de MLP excluindo PREDE																			24.847.849
Taxa de utilização de EMLP excluindo PREDE																			56%

Endividamento à data de 31/12/2012

Endividamento Líquido																			10.677.115
Taxa de utilização de EL																			55%
Empréstimos de MLP																			34.518.830
Taxa de utilização de EMLP																			83%
Empréstimos de MLP excluindo PREDE																			27.242.421
Taxa de utilização de EMLP excluindo PREDE																			66%

Variação do Endividamento entre 2012 e 1.º Sem 2013

	Taxa	Valor
Endividamento Líquido	-22,56%	-2.408.807
Empréstimos de MLP	-9,12%	-3.147.304

Un: Euros

\*A parte dos SMAS refere-se exclusivamente à dívida à EDP

\*\* Consideradas para efeitos de cálculo dos limites do endividamento, isto é, deduzindo as contas 27.45 a 27.49 e 23 excepcionada.

\*\*\* Os dados referentes ao Hospital Lidador são os constantes do reporte provisório apresentado em 31/12/2009.





2013

**ANÁLISE ECONÓMICO - FINANCEIRA**

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL



O capítulo aqui desenvolvido pretende demonstrar a situação económica e financeira do Município em 30 de junho de 2013, sem contudo se proceder a uma análise tão extensiva quanto a que é realizada no final de cada exercício económico.

Sendo o balanço patrimonial uma peça contabilística estática, a sua análise a 30 de junho de 2013 será efetuada por comparação com os valores apresentados em 31 de dezembro de 2012.

Já a demonstração de resultados, sendo um mapa dinâmico, terá a sua análise comparativa com a informação dos períodos homólogos.





2013

**BALANÇO**

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL



O Balanço agrega, num conjunto de rubricas, os bens, direitos e obrigações da autarquia no momento retratado, servindo assim como um instrumento à comparação dos elementos financeiros em 30 de junho de 2013 e 31 de dezembro de 2012, estando aqui evidenciados os valores líquidos, sobre os quais incidirá a respetiva análise.

**Quadro 29**

<b>ESTRUTURA E EVOLUÇÃO PATRIMONIAL DA AUTARQUIA - Balanço Sintético</b>						
Descrição	Jun-13		2012		Variação	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
<b>Activo Líquido</b>	<b>436.198.760</b>	<b>100,00%</b>	<b>441.311.549</b>	<b>100,00%</b>	<b>5.112.789</b>	<b>1,17%</b>
Imobilizado	416.274.612	95,43%	423.191.278	95,89%	-6.916.666	-1,63%
Circulante						
Existências	517.444	0,12%	450.338	0,10%	67.106	14,90%
Dívidas de Terceiros - Curto Prazo	5.652.493	1,30%	5.353.565	1,21%	298.928	5,58%
Disponibilidades	10.756.328	2,47%	10.969.538	2,49%	-213.209	-1,94%
Acréscimos e Diferimentos	2.997.882	0,69%	1.346.831	0,31%	1.651.052	122,59%
<b>Passivo</b>	<b>127.069.585</b>	<b>100,00%</b>	<b>130.215.923</b>	<b>100,00%</b>	<b>-3.146.338</b>	<b>-2,42%</b>
Provisões para riscos e encargos	3.897.963	3,07%	3.396.660	2,61%	501.303	14,76%
Dívidas a Terceiros						
Médio e Longo Prazo	32.821.632	25,83%	37.181.891	28,55%	-4.360.259	-11,73%
Curto Prazo	21.977.397	17,30%	21.518.630	16,53%	458.766	2,13%
Acréscimos e Diferimentos	68.372.594	53,81%	68.118.741	52,31%	253.853	0,37%
<b>Fundos Próprios</b>	<b>309.129.175</b>	<b>100,00%</b>	<b>311.095.627</b>	<b>100,00%</b>	<b>-1.966.452</b>	<b>-0,63%</b>
Património	302.852.832	97,97%	302.859.042	97,35%	-6.210	0,00%
Ajustamentos Partes Capital em Empresas	-2.918.575	-0,94%	-2.612.617	-0,84%	-305.959	11,71%
Reservas	17.952.271	5,81%	17.924.137	5,76%	28.133	0,16%
Resultados Transitados	-7.074.935	-2,29%	-6.694.002	-2,15%	-380.934	5,69%
Resultado Líquido do Exercício	-1.682.417	-0,54%	-380.934	-0,12%	-1.301.483	341,66%

Un.: Euros

## ATIVO

À data de 30 de junho, verifica-se que o Ativo Líquido Total é de 436.198.760 €, ao qual corresponde em termos brutos a quantia de 636.318.881 €.

O Ativo é predominantemente composto pelo Imobilizado (95,43%), com um total de 416.274.612 €, contendo ainda o Ativo Circulante (3,88%) e os Acréscimos e Diferimentos (0,69%), com montantes de 16.926.266 € e de 2.997.882 €, respetivamente.

## IMOBILIZADO

O imobilizado, constituído pelos Bens do Domínio Público, pelas Imobilizações Incorpóreas, Imobilizações Corpóreas e Investimentos Financeiros, no cômputo geral e em continuidade da tendência registada em anos anteriores, apresenta uma diminuição de (-) 6.916.666 € em relação a dezembro último.

### Quadro 30

ATIVO LÍQUIDO IMOBILIZADO - Variação 2012/2013						
Rubricas	Jun-13	%	2012	%	Variação %	Variação Absoluta
	<b>Bens de Domínio Público</b>	115.314.323	27,70%	118.371.555	27,97%	-2,58%
<b>Imobilizações Incorpóreas</b>	964.256	0,23%	993.719	0,23%	-2,96%	-29.463
<b>Imobilizações Corpóreas</b>	273.420.990	65,68%	276.479.576	65,33%	-1,11%	-3.058.586
<b>Investimentos Financeiros</b>	26.575.043	6,38%	27.346.428	6,46%	-2,82%	-771.385
<b>TOTAL</b>	<b>416.274.612</b>		<b>423.191.278</b>		<b>1,66%</b>	<b>-6.916.666</b>

Un.: Euros

As Imobilizações Corpóreas e os Bens de Domínio Público continuam a ser as rubricas com maior expressividade, representando 65,68% e 27,7% do valor total do Ativo Líquido do Imobilizado, sendo também aquelas que apresentam as maiores variações absolutas negativas, de (-) 3.058.586 € e de (-) 3.057.232 €, respetivamente, influenciadas principalmente pelas amortizações.

No que respeita aos Bens do Domínio Público, apesar da variação negativa de (-) 2,58, salienta-se o investimento em cerca de 882.337 € na componente de “*Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares*”.

Por via das Imobilizações Corpóreas, o investimento em edifícios escolares atingiu no primeiro semestre cerca de 50% do total investido naquela tipologia, mantendo-se a componente com maior peso. No entanto, em termos líquidos, o imobilizado corpóreo evidencia uma diminuição, fruto do registo das amortizações do exercício, que atingiram neste semestre o montante de 3.834.568 €.

No que diz respeito aos Investimentos Financeiros, verifica-se uma diminuição de (-) 2,82% a que corresponde o montante de (-) 771.385 €, justificado pelas variações ocorridas nos capitais próprios das entidades detidas maioritariamente pelo Município, incluindo os Fundos de Investimento Imobiliário, no total de (-) 585.297 €, bem como pela provisão criada no valor de 186.088 € relativa à participação da empresa Academia das Artes na Fundação do Conservatório de Música da Maia.

### Quadro 31

INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
	% Detida	Custo de Aquisição	Valor Ajustado		Variação
			30-Jun-13	31-Dez-12	
<b>Partes de capital</b>					
Empresa Municipal de Estacionamento	100%	124.699	307.390	286.664	20.726
Academia de Artes da Maia	100%	49.880	0	101.961	-101.961
Empresa Municipal de Ambiente	100%	1.496.394	2.788.019	2.792.898	-4.879
Espaço Municipal - Ren. Urbana e Gestão Património	100%	12.811.338	8.016.495	8.015.621	874
MACMAI	100%	149.639	0	0	0
TECMAIA - Parque de Ciência e Tecnologia da Maia	51%	2.799.390	496.339	866.755	-370.416
<b>Outras Aplicações Financeiras</b>					
Fundo de Investimento Imobiliário "MAIA IMO"	100%	6.000.000	5.027.994	5.015.840	12.154
Fundo de Investimento Imobiliário "MAIA GOLF"	100%	5.500.000	3.342.436	3.393.537	-51.101
Fundo de Investimento Imobiliário "PRAÇA MAIOR"	100%	5.000.000	4.408.168	4.498.861	-90.693
		<b>33.931.340</b>	<b>24.386.840</b>	<b>24.972.137</b>	<b>-585.297</b>

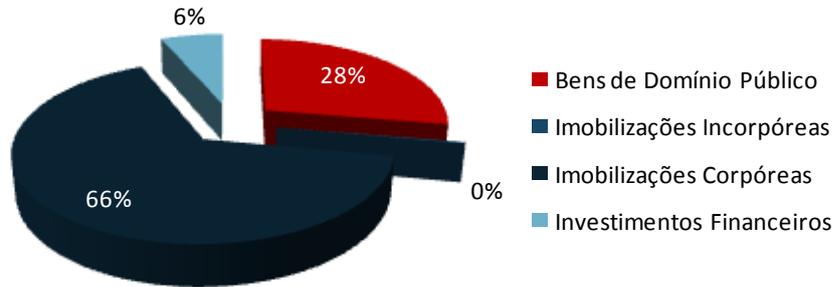
Un.: Euros

Os Ativos Incorpóreos continuam a ter uma importância exígua, representando apenas 0,23% do peso percentual do ativo total.

Conclui-se a apreciação do Ativo Imobilizado com a inserção do Gráfico 17 demonstrativo da sua composição no período em referência.

**Gráfico 17**

**Estrutura do Ativo Líquido do Imobilizado 2013**



**CIRCULANTE**

O ativo circulante é constituído pelas Existências, Dívidas de Terceiros e Disponibilidades, e representa 3,88% do Ativo Líquido Total.

Tal como em períodos anteriores, as Disponibilidades e as Dívidas de Terceiros são as rubricas com maior expressão, representando 63,55% e 33,39% do total do Ativo Circulante, respetivamente, ficando as Existências com uma parcela de 3,06%.

Inserir-se o Quadro 32, identificativo da alteração da estrutura das Dívidas de Terceiros, comparativamente ao período anterior.

**Quadro 32**

DÍVIDAS DE TERCEIROS							Variação 2013/2012 (Ativo Líquido)
	Jun-13			2012			
	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido	Ativo Bruto	Provisões	Ativo Líquido	
Empréstimos Concedidos	66.609	0	66.609	71.969	0	71.969	-7,45%
Clientes/Contrib e Utentes c/c	598.325	0	598.325	417.587	0	417.587	43,28%
Clientes/Contrib/Utentes/Deved. Diversos - Cobrança Duvidosa	8.322.880	6.564.074	1.758.806	8.623.096	7.132.560	1.490.535	18,00%
Clientes/Contrib/Utentes - Cobrança Duvidosa	5.579.910	5.171.392	408.518	5.893.029	5.504.841	388.188	5,24%
Outros Devedores - Cobrança Duvidosa	2.742.970	1.392.681	1.350.289	2.730.067	1.627.719	1.102.347	22,49%
Estado	0	0	0	2.555	0	2.555	-
Outros Devedores	3.228.753	0	3.228.753	3.370.919	0	3.370.919	-4,22%
Dev. de Transferências para as A. L.	1.336.343	0	1.336.343	1.437.020	0	1.437.020	-7,01%
Devedores Diversos - Outros	1.892.410	0	1.892.410	1.933.898	0	1.933.898	-2,15%
<b>TOTAL</b>	<b>12.216.567</b>	<b>6.564.074</b>	<b>5.652.493</b>	<b>12.486.126</b>	<b>7.132.560</b>	<b>5.353.566</b>	<b>5,58%</b>

Em termos líquidos, o valor das Dívidas de Terceiros apresenta uma subida de 5,58%, fortemente influenciada pelas rubricas de Clientes, Contribuintes e Utentes, conta corrente e Cobrança Duvidosa, dado que as restantes rubricas evidenciam uma ligeira diminuição.

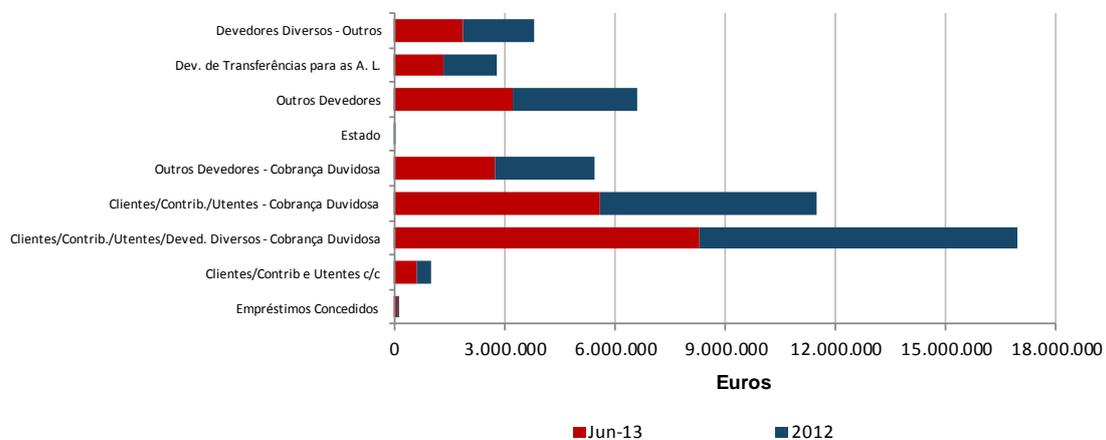
No que concerne à Dívida de Clientes, Contribuintes e Utentes c/c, o aumento de (+) 180.739 € deve-se, fundamentalmente, à cobrança de receita com origem na área municipal da educação e ação social escolar, cuja liquidação, apesar de efetuada em 2013, abrangeu valores imputáveis ao último quadrimestre do ano de 2012, fruto da implementação do processo de desmaterialização da faturação

referente a refeições escolares e atividades de apoio à família, tendo sido plenamente concretizada no decorrer do primeiro semestre do corrente ano.

Tal como nos anos anteriores, a dívida em cobrança duvidosa de Clientes, Contribuintes, Utentes e Devedores Diversos continua a ser a parcela com maior predomínio, ascendendo a 8.322.880 €, em termos brutos, apresentando inclusive um aumento de (+) 18% em termos de valor líquido. Regista-se contudo que 78,87% da dívida antes referida encontra-se provisionada.

**Gráfico 18**

**Dívidas de Terceiros - Ativo Bruto**



A 30 de junho de 2013, as Disponibilidades totalizam 10.756.328 €, dos quais 10.726.467 € provêm de Depósitos em Instituições de Crédito e 29.861 € de Caixa.

**ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS**

Por conta do princípio da especialização dos exercícios, figuram no ativo do balanço os acréscimos de proveitos e os custos diferidos, que a 30 de junho de 2013 apresentam a seguinte composição.

**Quadro 33**

<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS ATIVOS</b>	
<b>Acréscimos de Proveitos</b>	<b>2.977.802</b>
Juros a Receber	32.620
Impostos e Taxas	2.197.686
Subsídios Correntes	669.969
Instalações Desportivas	23.803
Mercados e Feiras	0
Outros Acréscimos de Proveitos	53.724
<b>Custos Diferidos</b>	<b>20.080</b>
Prémios de Seguros	19.548
Rendas Antecipadas	0
Outros Custos Diferidos	532
<b>TOTAL</b>	<b>2.997.882</b>

Un.: Euros

Do total de 2.997.882 € de acréscimos e diferimentos ativos, 2.977.802 € são imputáveis a Acréscimos de Proveitos e 20.080 € a Custos Diferidos.

As parcelas dominantes continuam a ser as indexadas aos Impostos e Taxas, com 73,80% de representatividade, onde se diferenciam, o I.M.I. - Imposto Municipal s/ Imóveis com o valor de 1.412.589 €, o I.U.C. - Imposto Único de Circulação com 514.405 € e o I.M.T. - Imposto Municipal s/ Transmissões Onerosas com 266.141 €. Seguem-se os Subsídios Correntes com um peso de 22,50%, que inclui o reconhecimento da receita proveniente, dos Auxílios à Ação Educativa (82.391 €), das Refeições Escolares (166.197 €), das Atividades de Enriquecimento Curricular (408.450 €), e da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco (12.932 €).

## PASSIVO

É reportada para capítulo próprio do presente Relatório de Gestão uma análise mais detalhada da dívida do Município, pelo que todas as considerações aí contidas se aplicam direta ou indiretamente aos comentários a esta rubrica, registando-se contudo que as importâncias aqui referidas no quadro das dívidas a terceiros incluem quer as operações orçamentais, quer as não orçamentais, sendo a estas últimas imputáveis as eventuais diferenças verificadas em relação aos valores constantes naquele capítulo.

À data de 30 de junho de 2013 o Passivo, constituído pelas Provisões para Riscos e Encargos, pelas Dívidas a Terceiros e pelos Acréscimos e Diferimentos, ascende a 127.069.585 €, manifestando uma diminuição em cerca de (-) 2,42% em relação a 31 de dezembro de 2012.

Com maior peso no total do Passivo, surgem os Acréscimos e Diferimentos (53,81%), logo seguidos das Dívidas a Terceiros, com uma representatividade de 43,13%.

As Provisões para Riscos e Encargos denotam um aumento de (+) 501.303 €, devido ao reforço do montante já provisionado relativamente a processos judiciais em curso.

## DÍVIDAS A TERCEIROS

Por comparação a 31 de dezembro de 2012, verifica-se que o total da Dívida a Terceiros diminuiu (-) 3.901.493 €, cuja oscilação teve a sua principal origem na rubrica das Dívidas de Médio e Longo Prazo, cuja variação está indexada, na sua grande parte, à amortização de empréstimos bancários. No período de reporte, o Município da Maia não recorreu a nenhum financiamento bancário de médio e longo prazo.

**Quadro 34**

DÍVIDAS A TERCEIROS - Operações Orçamentais e não Orçamentais			
	Jun-13	2012	Varição
Dívida de Médio e Longo Prazo	41036.209	44.887.283	-8,58%
Dívida de Curto Prazo	13.762.819	13.813.238	-0,37%
<b>Total</b>	<b>54.799.028</b>	<b>58.700.521</b>	<b>-6,65%</b>

Un: Euros

\*A classificação atende à natureza dos empréstimos e não à sua exigibilidade, como retrata o balanço.

Igual tendência se verifica na Dívida de Curto Prazo, que apresenta uma ligeira descida, de (-) 50.419 €, essencialmente influenciada pelos Fornecedores de Imobilizado.

Da observação do Quadro 35 conclui-se que as operações orçamentais de curto prazo acusam uma ligeira quebra de (-) 0,28%, em resultado da conjugação da diminuição, em cerca de (-) 308.080 €, dos Fornecedores de Imobilizado e dos Outros Credores, com a subida dos Fornecedores c/c e do Estado e Outros Entes Públicos, nos montantes de 265.778 € e 15.074 €, respetivamente.

O aumento registado em Fornecedores c/c deve-se quase na sua totalidade ao débito à empresa GERTAL referente ao fornecimento de refeições escolares, o qual ascende a cerca de 263.500,00 €.

Considerando que o processo de contratação do fornecimento de refeições para o período que mediou entre abril e 31 de julho de 2013 foi submetido a visto prévio do Tribunal de Contas, e sem prejuízo dos efeitos físicos do contrato, os efeitos financeiros estão condicionados à decisão daquela Entidade. Decisão que, em face dos esclarecimentos entretanto solicitados, se alongou para além do tempo inicialmente previsto, e, apesar de visado o processo, não o foi em tempo útil que permitisse o pagamento do valor de 263.500,00 € até ao final do primeiro semestre do corrente ano de 2013.

Com efeito, expurgado que seja aquele valor da dívida de curto prazo, a mesma regista uma exígua variação na ordem dos 0,5%.

**Quadro 35**

<b>DÍVIDAS A TERCEIROS DE CURTO PRAZO</b>				
<b>Operações Orçamentais</b>	<b>Jun-13</b>	<b>2012</b>	<b>Variação</b>	
<b>Curto Prazo</b>	<b>9.605.245</b>	<b>9.632.473</b>		<b>-0,28%</b>
Fornecedores c/c (incluindo facturas em receção e conferência)	686.125	420.347		63,23%
Fornecedores imobilizado c/c (incluindo facturas em receção e conferência)	446.730	673.670		-33,69%
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes	29.200	29.200		0,00%
Estado e Outros Entes Públicos	15.074	0		-
Outros Credores	8.428.116	8.509.256		-0,95%
<b>Sub-Total</b>	<b>9.605.245</b>	<b>9.632.473</b>		<b>-0,28%</b>
<b>Operações Não Orçamentais</b>	<b>Jun-13</b>	<b>2012</b>	<b>Variação</b>	
<b>Curto Prazo</b>	<b>4.157.574</b>	<b>4.180.765</b>		<b>-0,55%</b>
Clientes e Utentes c/ Cauções	1791953	1853.960		-3,34%
Fornecedores de Imobilizado c/ Cauções	939.378	1.144.221		-17,90%
Estado e Outros Entes Públicos	443.424	195.261		227,09%
Outros Credores	982.818	987.322		-0,46%
<b>Sub-Total</b>	<b>4.157.574</b>	<b>4.180.765</b>		<b>-0,55%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>13.762.819</b>	<b>13.813.238</b>		<b>-0,37%</b>

Un: Euros

\*A classificação atende à natureza dos empréstimos e não à sua exigibilidade, como retrata o balanço

Quanto aos valores referidos em operações não orçamentais, respeitam as mesmas a operações de tesouraria e cauções em dinheiro, que mais não são do que cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros, funcionando como operações de entradas e saídas de fundos à margem do orçamento, que só são objeto de movimentação contabilística no sistema da contabilidade patrimonial.

#### **ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS**

No segundo membro do balanço, e prosseguindo o princípio da especialização, inserem-se de igual forma os acréscimos e diferimentos, versando agora as componentes acréscimos de custos e proveitos diferidos, cuja constituição se demonstra de seguida.

### Quadro 36

<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS PASSIVOS</b>	
<b>Acréscimos de Custos</b>	<b>3.584.347</b>
Remunerações a Liquidar em 2013/2014	2.735.231
Juros a Liquidar	108.258
Outros Acréscimos de Custos	740.858
<b>Proveitos Diferidos</b>	<b>64.788.247</b>
Rendas:	13.093.630
Processo de antecipação de rendas	11.823.792
Outras rendas	7.588
Direito de Superfície	1.262.250
Subsídios para Investimentos	48.585.911
Outros Proveitos Diferidos	3.108.706
<b>TOTAL</b>	<b>68.372.594</b>

Un: Euros

O reconhecimento de custos e proveitos de natureza passiva totalizaram 68.372.594 €, correspondendo aos Acréscimos de Custos o valor de 3.584.347 €, e a Proveitos Diferidos o de 64.788.247 €, sobressaindo destes últimos a parcela dos Subsídios para Investimentos e Rendas.

Nos Acréscimos de Custos salienta-se a componente de Remunerações a Liquidar em 2013/2014, cujo tratamento contabilístico atendeu às disposições legais recentemente estabelecidas em matéria de despesas com pessoal.

Como antes se referiu, os Subsídios ao Investimento permanecem como sendo o elemento de maior peso no total dos proveitos diferidos, refletindo as participações obtidas no âmbito de projetos cofinanciados, cujo incremento no semestre em análise atingiu 275.873 €, dos quais 250.000 € respeitam à participação da BRISA - Concessão Rodoviária, S.A., e 25.873 € ao Plano de Mobilidade Sustentável do Concelho da Maia. Por outro lado, foram transferidos 787.361 € para proveitos, referentes à imputação associada às amortizações dos investimentos financiados.

O valor contabilizado na rubrica "Rendas" deriva do processo de cessão das rendas habitacionais de contratos de arrendamento e promessa de compra e venda, promovido pela empresa Espaço Municipal em 2004, cujo valor oportunamente transferido para o Município é transferido anualmente para proveitos na proporção das rendas futuras a arrecadar, referentes ao Imobilizado património da Autarquia e que é alvo de amortização.

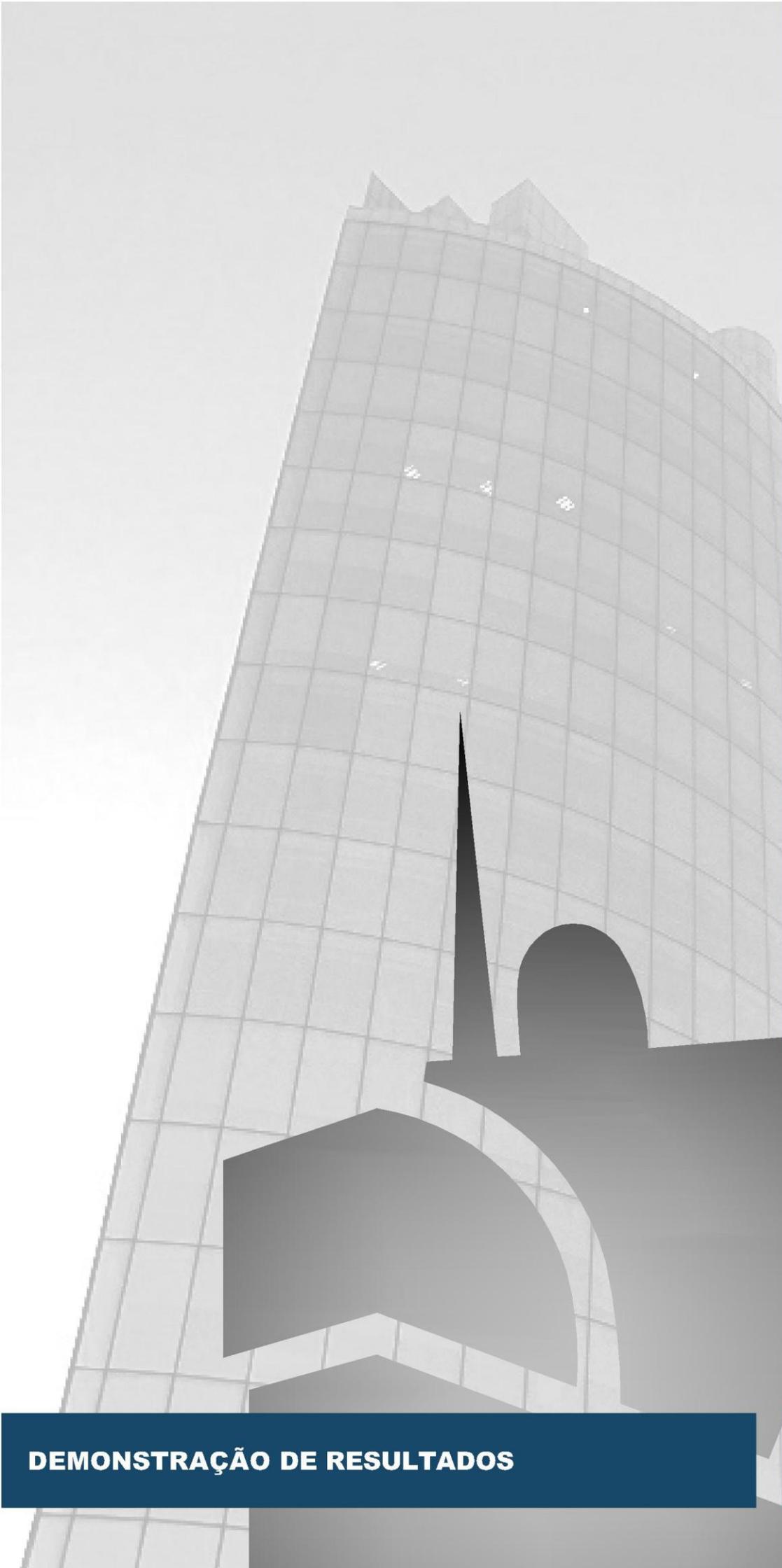
## FUNDOS PRÓPRIOS

Quadro 37

FUNDO PATRIMONIAL				
Jun-13				
	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
<b>51 Património</b>	<b>302.859.042</b>	<b>0</b>	<b>6.210</b>	<b>302.852.832</b>
511 Património Inicial	239.328.479	0	6.210	239.322.269
511.1 Saldo Abertura POCAL	189.891.029	0	0	189.891.029
511.2 Correções ao Balanço Inicial	49.437.450	0	6.210	49.431.240
512 Património Adquirido	63.530.562	0	0	63.530.562
<b>55 Ajustamentos de partes de capital em empresas</b>	<b>-2.612.617</b>	<b>0</b>	<b>305.959</b>	<b>-2.918.575</b>
<b>56 Reservas de Reavaliação</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>57 Reservas</b>	<b>17.924.137</b>	<b>28.133</b>	<b>0</b>	<b>17.952.271</b>
571 Reservas Legais	3.343.714	0	0	3.343.714
575 Subsídios	1.238.417	26.090	0	1.264.507
576 Doações	4.594.082	2.043	0	4.596.125
577 Reservas decorrentes da transferências activos	2.100.329	0	0	2.100.329
578 Cedências	3.489.054	0	0	3.489.054
579 Outras	3.158.540	0	0	3.158.540
<b>59 Resultados Transitados</b>	<b>-6.694.002</b>	<b>0</b>	<b>380.934</b>	<b>-7.074.935</b>
<b>88 Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>-380.934</b>	<b>380.934</b>	<b>1.682.417</b>	<b>-1.682.416</b>
<b>Totais</b>	<b>311.095.627</b>	<b>409.067</b>	<b>2.375.519</b>	<b>309.129.175</b>

Un: Euros

No final do primeiro semestre de 2013 os Fundos Próprios atingem o valor de 309.129.175 €, apresentando uma oscilação negativa de (-) 0,63%, comparativamente a 31 de Dezembro de 2012, com principal origem no Resultado Líquido gerado no presente exercício, mas também influenciada pela redução do montante de 305.959 € referente à rubrica de Ajustamentos de partes de Capital em empresas, em resultado da aplicação do Método da Equivalência Patrimonial aos investimentos financeiros nas empresas participadas.



2  
0  
1  
3

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL



### Quadro 38

<b>DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS</b>			
	<b>Jun-2013</b>	<b>Jun-12</b>	<b>Varição</b>
<b>CUSTOS E PERDAS</b>			
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	348.245	392.723	-11,33%
Fornecimento e Serviços Externos	6.704.912	6.727.205	-0,33%
Custos com Pessoal	10.851.583	9.629.083	12,70%
Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	2.359.557	2.481.779	-4,92%
Amortizações do Exercício	8.149.514	7.926.639	2,81%
Provisões do Exercício	501.303	754.473	-33,56%
Outros Custos e Perdas Operacionais	69.477	27.558	152,11%
(A)	<b>28.984.591</b>	<b>27.939.460</b>	<b>3,74%</b>
Custos e Perdas Financeiras	1243.133	1402.042	-11,33%
(C)	<b>30.227.724</b>	<b>29.341.503</b>	<b>3,02%</b>
Custos e Perdas Extraordinárias	515.802	2.850.029	-81,90%
(E)	<b>30.743.526</b>	<b>32.191.532</b>	<b>-4,50%</b>
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>-1.682.417</b>	<b>-2.475.860</b>	<b>-32,05%</b>
	<b>29.061.109</b>	<b>29.715.672</b>	<b>-2,20%</b>
<b>PROVEITOS E GANHOS</b>			
Vendas e Prestação de Serviços	2.671.399	3.016.139	-11,43%
Impostos e Taxas	15.885.923	17.138.200	-7,31%
Proveitos Suplementares	35.597	27.795	28,07%
Transferências e Subsídios Obtidos	7.713.623	7.703.582	0,13%
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	10.662	12.283	-13,20%
(B)	<b>26.317.204</b>	<b>27.897.998</b>	<b>-5,67%</b>
Proveitos e Ganhos Financeiros	428.149	145.951	193,35%
(D)	<b>26.745.352</b>	<b>28.043.949</b>	<b>-4,63%</b>
Proveitos e Ganhos Extraordinários	2.315.757	1.671.723	38,53%
(F)	<b>29.061.109</b>	<b>29.715.672</b>	<b>-2,20%</b>
<b>RESUMO</b>			
<b>Resultados Operacionais antes de Amortizações e Provisões</b>	<b>5.983.429</b>	<b>8.639.650</b>	-
<b>Resultados Operacionais após Amortizações e Provisões: (B-A)</b>	<b>-2.667.387</b>	<b>-41.463</b>	-
<b>Resultados Financeiros: (D-B)-(C-A)</b>	<b>-814.985</b>	<b>-1.256.092</b>	-
<b>Resultados Correntes: (D-C)</b>	<b>-3.482.372</b>	<b>-1.297.554</b>	-
<b>Resultados Líquido do Exercício:</b>	<b>-1.682.417</b>	<b>-2.475.860</b>	-

Un.: Euros

A Demonstração de Resultados no primeiro semestre de 2013 exhibe um Resultado Líquido do Exercício negativo, de (-) 1.682.417 €, o qual, comparativamente ao período homólogo de 2012, apresenta uma variação positiva em (+) 793.443 €.

A atividade operacional do Município continua a surgir como elemento determinante na formação do resultado líquido. Comparados os resultados operacionais de junho de 2013 e junho de 2012, constata-se uma diminuição bastante acentuada, situando-se o resultado em (-) 2.667.387 € (após amortizações e provisões), cuja variação resulta não só do decréscimo dos proveitos operacionais, em cerca de (-) 5,67%, mas também do aumento dos custos da mesma natureza, em 3,74%.

A quebra mais significativa dos proveitos operacionais ocorreu na rubrica de Impostos e Taxas, com uma diminuição de (-) 1.252.276,50 €, tendo concorrido para tal os Impostos Diretos, com (-) 345.563 €, e os Impostos Indiretos, com (-) 887.576 €.

Nos Impostos Diretos, e muito concretamente no Imposto Municipal Sobre Imóveis, a receita foi inferior em (-) 1.550.818 € face ao período homólogo, constatação que contrariou a tendência contrária que era expectável, considerando a alteração do processo de avaliação geral dos prédios urbanos constante do

Decreto -Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 60 -A/2011, de 30 de novembro.

Com comportamento inverso, surge o Imposto Único de Circulação, (+) 447.607 €, o Imposto Municipal de Transmissões Onerosas, (+) 240.057 €, a Derrama, (+) 299.658 €, e os Impostos Abolidos, mais especificamente a designada Contribuição Autárquica com um aumento de (+) 195.120 €.

No que aos Impostos Indiretos diz respeito, destaca-se a rubrica de Loteamento e Obras, com uma diminuição de (-) 735.325 €, e a Publicidade, com (-) 176.999 €, sendo plausível apontar a conjuntura económica e a entrada em vigor do licenciamento zero, nesta última rubrica, como fundamentação para tais decréscimos.

Outra das rubricas que apresenta uma oscilação negativa, na ordem dos (-) 11,43%, é a de Vendas e Prestação de Serviços, influenciada pela diminuição em cerca de (-) 320.900 € da componente Ação Social Escolar que contempla os serviços de educação (CAF e SAF).

No que respeita aos Custos Operacionais, estes refletem um crescimento de (+) 3,74%, incitado pelo aumento dos Custos com Pessoal, (+) 1.222.500 €, dado a obrigatoriedade imposta pela Lei do Orçamento de Estado para 2013 de pagamento do subsídio de Natal e de Férias à totalidade dos funcionários, fruto da declaração de inconstitucionalidade da norma que suspendia o pagamento aos funcionários com remuneração base superior a 1.100 € e redução àqueles que auferem entre 600 € e 1.100 €.

Em contraciclo, encontram-se as Transferências e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais, com (-) 4,92%, devido à diminuição no primeiro semestre de 2013 do subsídio atribuído à empresa municipal Maiambiente, bem como às Provisões do Exercício, que apenas se viram reforçadas em matéria de processos judiciais em curso, no montante de 501.303 €.

Note-se que, embora modestamente, os Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas e os Fornecimentos e Serviços Externos evidenciam uma quebra, o que demonstra o esforço realizado por parte do Município na diminuição dos custos correntes.

Os Resultados Financeiros, apesar de se manterem negativos apresentam uma melhoria de cerca de (+) 441.107 €, destacando-se a vertente dos Custos e Perdas Financeiras que refletem uma diminuição (-) 11,33 %, cujo impacto adveio da redução em (-) 30,47% dos juros suportados com empréstimos bancários e com a redução de (-) 66,58% das provisões para aplicações financeiras, devido à aplicação no decorrer do segundo semestre de 2012 do Método da Equivalência Patrimonial.

A provisão existente no valor de 186.088 € em partes de capital encontra-se associada à participação da Academia das Artes na Fundação Conservatório de Música da Maia, uma vez que esta possui os Capitais Próprios negativos.

Do aumento dos Proveitos e Ganhos Financeiros sobressai a rubrica dos rendimentos de participação de capital com a distribuição de dividendos, realizada pela empresa Águas do Douro e Paiva, no valor de 107.777 €.

Por fim, os resultados extraordinários demonstram um considerável aumento, de (+) 2.978.261 €, contribuindo assim, muito significativamente, para a formação do Resultado Líquido, aumento que tem a sua origem quer na diminuição dos custos e perdas quer no aumento dos proveitos e ganhos associados a esta tipologia.

Do lado dos Custos Extraordinários, salienta-se a redução de (-) 2.334.228 €, valor que advém das transferências de capital concedido às freguesias em (-) 409.886 €, mas sobretudo pelo decréscimo das correções relativas a exercícios *anteriores* no montante de (-) 1.781.231 €.

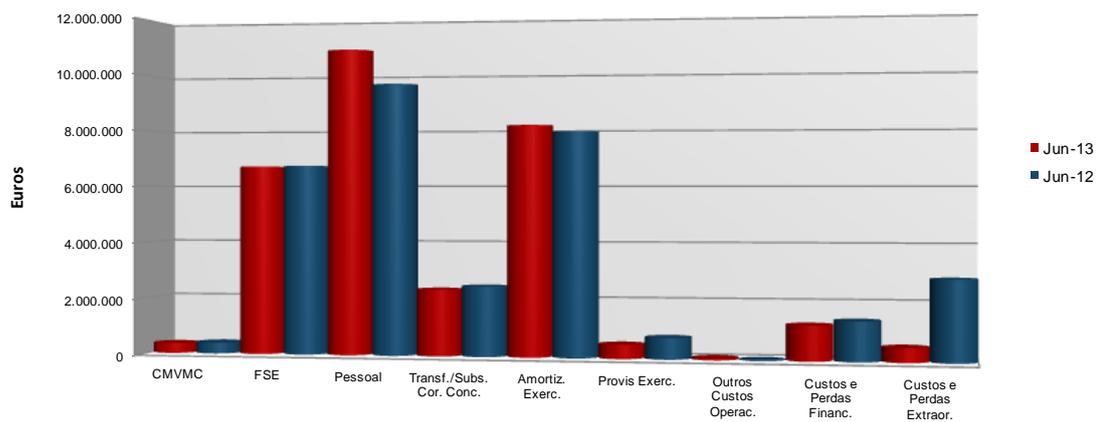
Na vertente dos Proveitos e Ganhos Extraordinários, cuja variação se situa em (+) 38,53 %, os fatores mais relevantes provêm da redução das provisões com clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa, em 333.448 €, e de outros devedores em 235.038 €, dada a diminuição do risco associado ao não cumprimento dos prazos das respetivas dívidas.

De referir ainda o incremento de 117% da rubrica Benefícios de Penalidades Contratuais, com os Juros de Mora a aumentarem (+) 71.984 €, e os Juros compensatórios, (+) 57.982 €.

Apresentam-se de seguida o Gráfico 19 e o Gráfico 20 que permitem avaliar de uma forma mais imediata as variações ocorridas nos custos e proveitos entre o primeiro semestre de 2012 e de 2013.

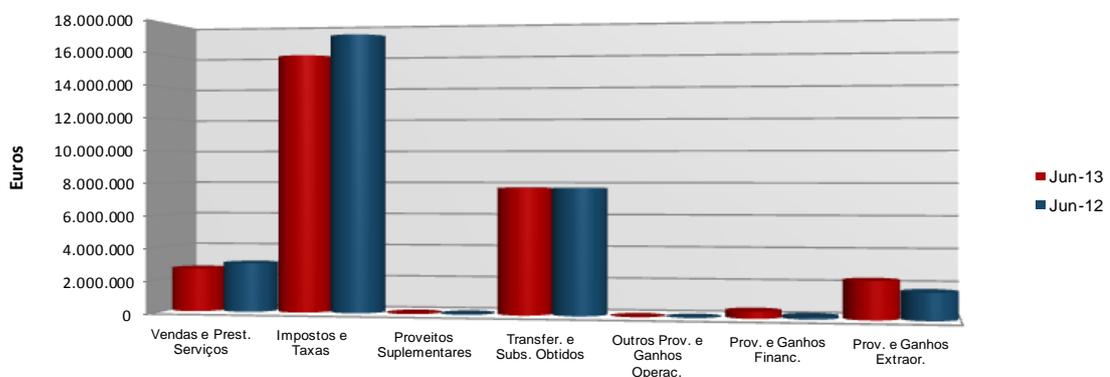
**Gráfico 19**

**Variação dos Custos e Perdas do Exercício**



**Gráfico 20**

**Variação dos Proveitos e Ganhos do Exercício**







2013

**ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL



**BALANÇO**

PAG. **junho 13**  
**1**

**MUNICÍPIO DA MAIA**

CÓDIGO DAS CONTAS	ACTIVO	EXERCÍCIOS			
		Junho 2013			2012
		AB	A/P	AL	AL
	<b>Imobilizado:</b>				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	19.508.288,28		19.508.288,28	19.281.220,79
452	Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
453	Outras construções e infra-estruturas	176.847.900,78	94.433.982,27	82.413.918,51	86.497.378,72
455	Bens do património histórico, artístico e cultural	1.321.755,62	127.889,28	1.193.866,34	1.200.230,61
459	Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
445	Imobilizações em curso	11.335.893,10		11.335.893,10	10.605.367,62
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público	862.357,20		862.357,20	787.357,20
		<b>209.876.194,98</b>	<b>94.561.871,55</b>	<b>115.314.323,43</b>	<b>118.371.554,94</b>
	<b>Imobilizações incorpóreas</b>				
431	Despesas de instalação	1.382.969,12	1.363.192,23	19.776,89	29.549,16
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
433	Propriedade industrial e outros direitos	1.566.304,14	1.499.302,38	67.001,76	131.009,38
443	Imobilizações em curso	877.477,41		877.477,41	833.160,51
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00		0,00	0,00
		<b>3.826.750,67</b>	<b>2.862.494,61</b>	<b>964.256,06</b>	<b>993.719,05</b>
	<b>Imobilizações corpóreas</b>				
421	Terrenos e recursos naturais	43.381.234,90		43.381.234,90	43.466.534,54
422	Edifícios e outras construções	293.499.842,24	72.746.839,77	220.753.002,47	223.408.618,03
423	Equipamento básico	10.022.494,11	8.929.568,39	1.092.925,72	1.287.085,46
424	Equipamento de transporte	2.359.602,61	2.250.885,71	108.716,90	123.775,13
425	Ferramentas e utensílios	500.894,92	474.055,12	26.839,80	21.256,20
426	Equipamento administrativo	1.756.898,88	1.724.117,98	32.780,90	40.196,01
427	Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	12.505.397,49	9.818.672,94	2.686.724,55	2.864.287,02
442	Imobilizações em curso	3.977.727,98		3.977.727,98	4.513.125,43
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas	1.361.036,55		1.361.036,55	754.698,06
		<b>369.365.129,68</b>	<b>95.944.139,91</b>	<b>273.420.989,77</b>	<b>276.479.575,88</b>
	<b>Investimentos financeiros</b>				
411	Partes de capital	13.965.447,13	186.088,36	13.779.358,77	14.421.103,96
412	Obrigações e títulos de participação	18.539,77	1.453,49	17.086,28	17.086,28
414	Investimentos em imóveis	0,00		0,00	0,00
415	Outras aplicações financeiras	12.778.597,68	0,00	12.778.597,68	12.908.237,49
441	Imobilizações em curso	0,00		0,00	0,00
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00		0,00	0,00
		<b>26.762.584,58</b>	<b>187.541,85</b>	<b>26.575.042,73</b>	<b>27.346.427,73</b>
	<b>Circulante</b>				
	<b>Existências</b>				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	461.217,25		461.217,25	394.111,46
35	Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00
33	Produtos acabados e intermedios	0,00		0,00	0,00
32	Mercadorias	56.226,69		56.226,69	56.226,69
37	Adiantamentos por conta de compras	0,00		0,00	0,00
		<b>517.443,94</b>		<b>517.443,94</b>	<b>450.338,15</b>
	<b>Dívidas de terceiros - Médio e longo prazos (a)</b>				
	<b>Dívidas de terceiros - Curto prazo</b>				
28	Empréstimos concedidos	66.608,74		66.608,74	71.969,38
211	Clientes c/c	1.787,61		1.787,61	46.633,82
212	Contribuintes c/c	162.289,16		162.289,16	245.270,37
213	Utentes c/c	434.248,66		434.248,66	125.682,70
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	5.579.910,01	5.171.392,46	408.517,55	388.187,86
251	Devedores pela execução do orçamento	0,00		0,00	0,00
229	Adiantamentos a fornecedores	0,00		0,00	0,00
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	0,00		0,00	0,00
24	Estado e outros entes públicos	0,00		0,00	2.555,04
264	Administração autárquica	0,00		0,00	0,00
262+263+267+268	Outros devedores	5.971.722,60	1.392.681,04	4.579.041,56	4.473.266,23
		<b>12.216.566,78</b>	<b>6.564.073,50</b>	<b>5.652.493,28</b>	<b>5.353.565,40</b>
	<b>Títulos negociáveis</b>				
151	Acções	0,00			
152	Obrigações e títulos de participação	0,00			
153	Títulos de dívida pública	0,00			
159	Outros títulos	0,00			
18	Outras aplicações de tesouraria	0,00			
	<b>Depósitos em instituições financeiras e Caixa</b>				
12	Depósitos em instituições financeiras	10.726.467,23		10.726.467,23	10.735.258,84
11	Caixa	29.861,23		29.861,23	234.278,87
		<b>10.756.328,46</b>		<b>10.756.328,46</b>	<b>10.969.537,71</b>
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>				
271	Acréscimos de proveitos	2.977.802,39		2.977.802,39	1.293.464,86
272	Custos diferidos	20.079,98		20.079,98	53.365,75
		<b>2.997.882,37</b>		<b>2.997.882,37</b>	<b>1.346.830,61</b>
	<b>Total de amortizações .....</b>		<b>193.368.506,07</b>		
	<b>Total de provisões .....</b>		<b>6.751.615,35</b>		
	<b>Total do activo .....</b>	<b>636.318.881,46</b>	<b>200.120.121,42</b>	<b>436.198.760,04</b>	<b>441.311.549,47</b>

**BALANÇO**

 PAG. junho 13  
2

**MUNICÍPIO DA MAIA**

CÓDIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		Junho 2013	2012
		AB	AL
	<b>Fundos próprios</b>		
51	Património	302.852.831,71	302.859.041,78
55	Ajustamento de partes de capital em empresas	-2.918.575,20	-2.612.616,68
56	Reservas de reavaliação	0,00	0,00
	Reservas		
571	Reservas legais	3.343.713,82	3.343.713,82
572	Reservas estatutárias	0,00	0,00
573	Reservas contratuais	0,00	0,00
574	Reservas livres	0,00	0,00
575	Subsídios	1.264.507,33	1.238.416,98
576	Doações	4.596.125,38	4.594.082,38
577	Reservas decorrentes de transferências de activos	2.100.329,37	2.100.329,37
578	Cedências	3.489.054,26	3.489.054,26
579	Outras	3.158.540,34	3.158.540,34
59	Resultados transitados	-7.074.935,41	-6.694.001,64
88	Resultado líquido em exercício	-1.682.416,58	-380.933,77
		<b>309.129.175,02</b>	<b>311.095.626,84</b>
	<b>Passivo</b>		
292	Provisões para riscos e encargos	3.897.962,80	3.396.660,24
		<b>3.897.962,80</b>	<b>3.396.660,24</b>
	<b>Dívidas a terceiros - Médio e Longo Prazos (a)</b>		
2312	Empréstimos obtidos de MLP	32.240.102,06	36.494.628,91
2617	Fornecedores de Imobilizado MLP	581.529,51	687.262,15
		<b>32.821.631,57</b>	<b>37.181.891,06</b>
	<b>Dívidas a terceiros - Curto Prazo</b>		
2311	Empréstimos de curto prazo	0,00	0,00
2312	Empréstimos obtidos de MLP - Amortizações exigíveis a curto prazo	8.003.112,11	7.493.927,02
269	Adiantamentos por conta de vendas	0,00	0,00
221+223	Fornecedores c/c	75.838,42	8.464,56
227+228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	610.286,32	411.882,11
252	Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
217	Clientes e utentes c/ cauções	1.791.952,99	1.853.960,34
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	29.200,00	29.200,00
611+2612+2613+261	Fornecedores de imobilizado c/c	1.351.400,30	1.809.678,31
2615	Fornecedores Imobilizado - Facturas em recepção e conferência	34.708,16	8.213,00
2617	Fornecedores de Imobilizado MLP - Amortizações exigíveis a curto prazo	211.465,28	211.465,28
24	Estado e outros entes públicos	458.498,56	195.261,25
264	Administração autárquica	0,00	0,00
262+263+267+268	Outros credores	9.410.934,44	9.496.578,47
		<b>21.977.396,58</b>	<b>21.518.630,34</b>
	<b>Acréscimos e diferimentos</b>		
273	Acréscimos de custos	3.584.346,84	2.366.113,24
274	Proveitos diferidos	64.788.247,23	65.752.627,75
		<b>68.372.594,07</b>	<b>68.118.740,99</b>
		<b>127.069.585,02</b>	<b>130.215.922,63</b>
	<b>Total dos fundos próprios e do passivo .....</b>	<b>436.198.760,04</b>	<b>441.311.549,47</b>

**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS**

**MUNICÍPIO DA MAIA**

Código das Contas	Demonstração de Resultados	Exercícios			
		Jun-13		Jun-12	
	<b>Custos e Perdas</b>				
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			1.147,32	
	Mercadorias				
	Matérias	348.244,65	348.244,65	391.575,66	392.722,98
62	Fornecimentos e serviços externos		6.704.912,38		6.727.204,64
64	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	8.713.865,11		7.952.347,14	
643 a 648	Encargos sociais:				
	Pensões	9.224,37		2.742,26	
	Outros	2.128.493,72	10.851.583,20	1.673.993,73	9.629.083,13
63	Transferências correntes concedidas e prestações sociais		2.359.557,03		2.481.779,09
66	Amortizações e Ajustamentos do Exercício		8.149.513,82		7.926.639,17
67	Provisões		501.302,56		754.473,47
65	Outros custos e perdas operacionais		69.477,24		27.557,85
	(A)		28.984.590,88		27.939.460,33
68	Custos e Perdas Financeiras		1.243.133,30		1.402.042,37
	(C)		30.227.724,18		29.341.502,70
69	Custos e perdas extraordinárias		515.801,62		2.850.029,40
	(E)		30.743.525,80		32.191.532,10
88	Resultado líquido do exercício		-1.682.416,58		-2.475.860,39
			29.061.109,22		29.715.671,71
	<b>Proveitos e Ganhos</b>				
71	Vendas :				
	Mercadorias	141,45		1.267,62	
	Venda de produtos	366,23			
	Prestações de Serviços	1.407.729,89		1.770.081,96	
	Rendas + Seminários, exposições e similares	1.263.161,56	2.671.399,13	1.244.789,00	3.016.138,58
72	Impostos, taxas, Outros		15.885.923,29		17.138.199,79
	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria empresa				
73	Proveitos suplementares		35.597,00		27.794,89
74	Transferências e subsídios correntes obtidos:				
741	Transferências - Tesouro				
742+743	Outras		7.713.622,94		7.703.581,61
76	Outros proveitos e ganhos operacionais		10.661,58		12.282,94
	(B)		26.317.203,94		27.897.997,81
78	Proveitos e Ganhos Financeiros		428.148,52		145.950,70
	(D)		26.745.352,46		28.043.948,51
79	Proveitos e ganhos extraordinários		2.315.756,76		1.671.723,20
	(F)		29.061.109,22		29.715.671,71
<b>Resumo:</b>					
Resultados Operacionais:(B)-(A)=			-2.667.386,94		-41.462,52
Resultados Financeiros:(D-B)-(C-A)=			-814.984,78		-1.256.091,67
Resultados Correntes:(D)-(C)=			-3.482.371,72		-1.297.554,19
Resultado Líquido do Exercício:(F)-(E)=			-1.682.416,58		-2.475.860,39

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Custos e Perdas			Proveitos e Ganhos		
	Jun-13	Jun-12		Jun-13	Jun-12
681 Juros suportados	572.262,35	823.029,36	781 Juros obtidos	63.786,28	28.649,55
682 Perdas em entidades participadas	475.796,93	0,00	782 Ganhos em entidades participadas	198.239,77	0,00
683 Amortizações invest. em imóveis	0,00	0,00	783 Rendimentos de imóveis	5.412,83	4.659,24
684 Provisões p/ aplicações financ.	186.088,36	556.814,33	784 Rendimentos participações capital	107.777,09	0,00
685 Diferenças câmbio desfavor.	0,00	0,00	785 Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687 Perdas na alienação aplic. tesour.	0,00	0,00	786 Descontos pronto pagat. obtidos	26,10	0,00
688 Outros custos e perdas financ.	8.985,66	22.198,68	787 Ganhos na alienação aplic. tesour.	0,00	0,00
<b>Total de Custos Financeiros</b>	<b>1.243.133,30</b>	<b>1.402.042,37</b>	788 Outros proveitos e ganhos financ.	52.906,45	112.641,91
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>-814.984,78</b>	<b>-1.256.091,67</b>	<b>Total de Proveitos Financeiros</b>	<b>428.148,52</b>	<b>145.950,70</b>
<b>Total</b>	<b>428.148,52</b>	<b>145.950,70</b>			

### DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Custos e Perdas			Proveitos e Ganhos		
	Jun-13	Jun-12		Jun-13	Jun-12
691 Transferências capital concedidas	451504,58	861390,33	791 Restituição de impostos	0,00	0,00
692 Dívidas incobráveis	0,00	0,00	792 Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693 Perdas em existências	0,00	0,00	793 Ganhos em existências	0,00	0,00
694 Perdas em imobilizações	0,00	619,99	794 Ganhos em imobilizações	486.081,19	533.369,29
695 Multas e penalidades	0,00	2.854,48	795 Benefícios de penalidades contr.	212.162,11	97.771,60
696 Aumento de amortiz. Provisões	0,00	0,00	796 Reduções de amortiz. e provisões	568.486,85	0,00
697 Correções relativas exerc. anteriores	54.058,33	1835.288,99	797 Correções relativas exerc. anteriores	217.420,87	199.144,46
698 Outros custos e perdas extraor.	10.238,71	149.875,61	798 Outros proveitos e ganhos extraor.	831.605,74	841.437,85
<b>Total de Custos Extraordinários</b>	<b>515.801,62</b>	<b>2.850.029,40</b>	<b>Total de Proveitos Extraordinários</b>	<b>2.315.756,76</b>	<b>1.671.723,20</b>
<b>Resultados Extraordinários</b>	<b>1.799.955,14</b>	<b>-1.178.306,20</b>			
<b>Total</b>	<b>2.315.756,76</b>	<b>1.671.723,20</b>			



2013

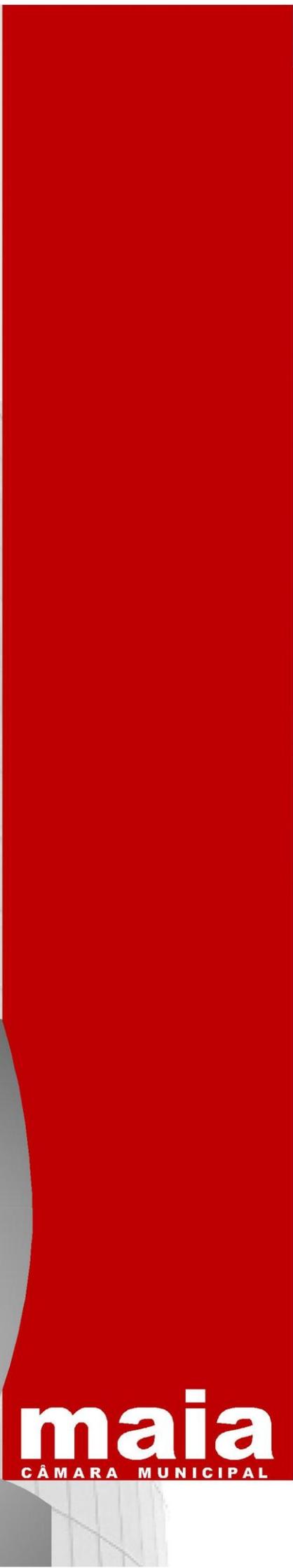
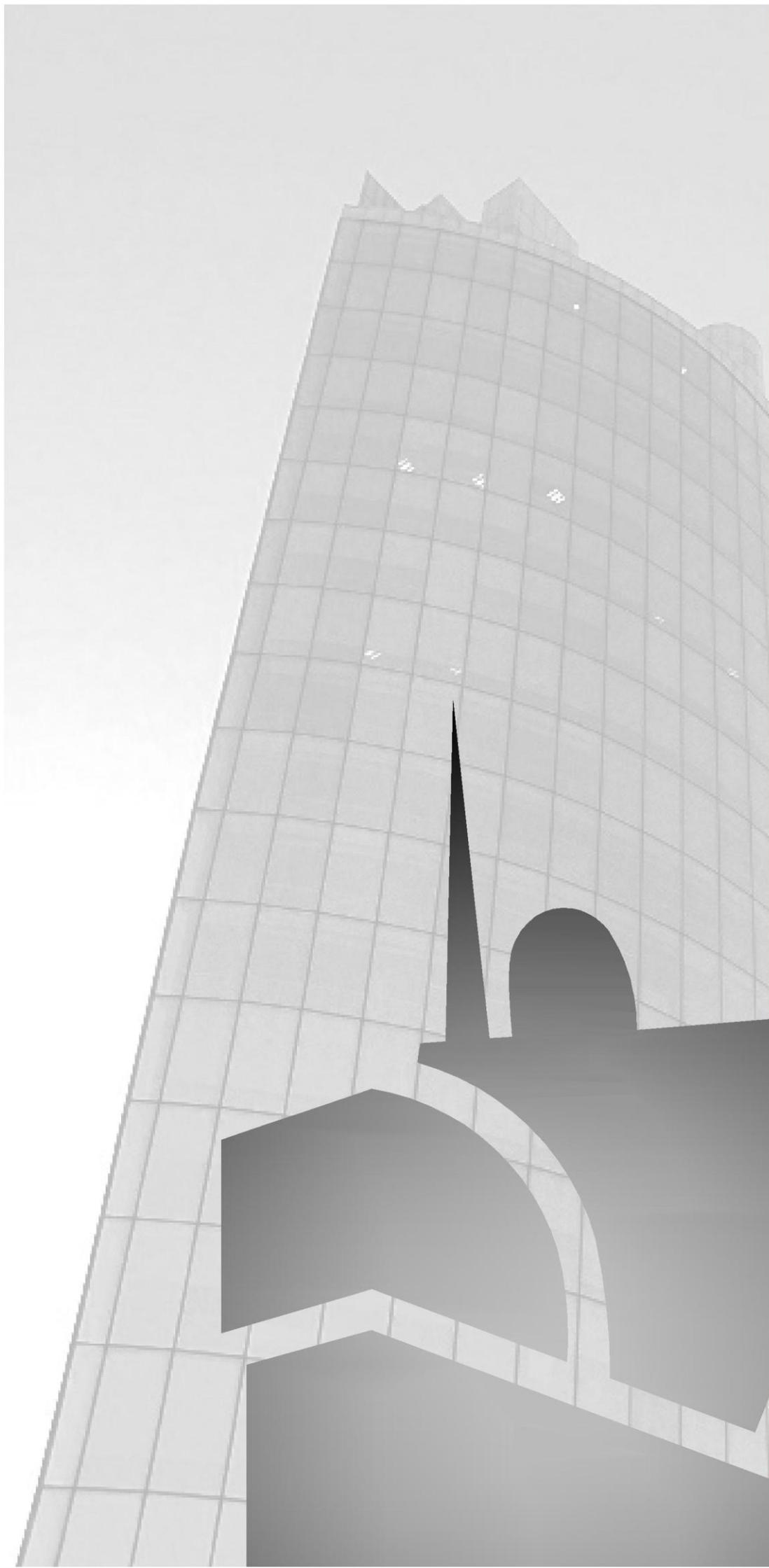
RELATÓRIO SÍNTESE DA SROC

**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL









**maia**  
CÂMARA MUNICIPAL